

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MARIA EUGÊNIA CONCEIÇÃO SOARES DE CAMARGO

**Entre cozinhas e assembleias:
protagonismo feminino em duas ocupações urbanas de São Carlos-SP**

São Carlos
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

MARIA EUGÊNIA CONCEIÇÃO SOARES DE CAMARGO

**Entre cozinhas e assembleias:
protagonismo feminino em duas ocupações urbanas de São Carlos-SP**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do grau
de Bacharelado em Ciências Sociais

Orientadora: Prof.^a Dra. Luana Dias Motta

São Carlos

2025

**ENTRE COZINHAS E ASSEMBLEIAS:
protagonismo feminino em duas ocupações urbanas de São Carlos-SP**

MARIA EUGÊNIA CONCEIÇÃO SOARES DE CAMARGO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharelado em Ciências Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Luana Dias Motta

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luana Dias Motta - UFSCar

Orientadora

Thalles Vichiato Breda - UFSCar

Examinador

*À Jéssica e Érika, que lutam
cotidianamente por um mundo
possível.*

AGRADECIMENTOS

É imensurável o significado de terminar este trabalho e encerrar esse ciclo que, por tantas vezes, julguei não ser possível terminar. Em meio à tantas experiências que esse período turbulento da graduação me proporcionou, realizar uma pesquisa como esta — afetar e ser afetada por essas mulheres — foi uma das minhas mais transformadoras experiências enquanto cientista social em formação.

Diante dessa conquista, a certeza de que nada se constrói de forma isolada guia minha gratidão àqueles que cruzaram meu caminho ao longo deste processo.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha mãe e à minha avó, Olívia e Maria Carlota que me deram o máximo suporte para que eu pudesse estudar e acreditaram em mim até mesmo quando eu já não acreditava.

À Jéssica e Érika, agradeço imensamente pela confiança em compartilharem comigo suas histórias, dores e forças. Sou também profundamente grata a toda a comunidade da OEBUM e da OEBUS, que sempre me acolheu de braços abertos. Agradeço à professora Natália Salim, que tanto me apoiou durante o campo de pesquisa, e a Matheus Pavan, que me apresentou à comunidade. Levo comigo grandes aprendizados de vida e resiliência, nascidos desses contatos tão potentes.

Agradeço à minha orientadora, Luana Motta, pela leitura atenta e cuidadosa, e pelas sugestões que acompanharam meus esboços até que este texto tomasse forma. Não posso deixar de mencionar os apontamentos, as discussões — e também as risadas — partilhadas com meu grupo de pesquisa, Na Margem. Sem tantos olhares generosos e contribuições coletivas, este trabalho não teria sido possível.

Agradeço a todos os meus professores e professoras que me acompanharam ao longo da graduação, em especial Samira Feldman, Fábio Sanchez, Jaqueline Sinhoretto e Jorge Leite Júnior, que contribuíram para que eu pudesse enxergar o mundo com lentes que escapam à normatividade.

Por fim — e não menos importante —, agradeço imensamente à rede de amigades que construí aqui. Mais do que compartilharem momentos de alegria, foram essas pessoas que me ajudaram a sustentar as maiores barras pelas quais já passei. Deixo registrado o nome da família que escolhi, que, mesmo de longe, seguirá sempre no meu coração: André Nascimento, Isabelle Santos, Caroline Lins, Elisa Campanario, Gabrielle Fonseca, Leticia

Pereira, Amanda Finotti, Laura Quarta, Ana Livia dos Santos, João Galbieri e tantos outros afetos que me mantiveram em pé.

RESUMO

Esta monografia tem como fio condutor as trajetórias Jéssica e Érica, lideranças de duas ocupações urbanas situadas na periferia de São Carlos, interior de São Paulo. A partir de uma abordagem etnográfica — que incluiu observação participante, colaboração nas atividades cotidianas e entrevistas semiestruturadas —, foram analisados os trajetos percorridos pelas interlocutoras na construção de suas posições de liderança. As cozinhas comunitárias das ocupações foram tomadas como posto de observação privilegiado, considerando o valor simbólico e prático que o alimento assume em um território atravessado pela insegurança alimentar. Parte-se da hipótese que o trabalho de cuidado, especialmente aquele relacionado ao preparo e distribuição de alimentos, constitui um dos principais fundamentos da autoridade exercida por essas mulheres. A observação de suas práticas, revela como o cuidado, assume papel central na gestão coletiva do território e na articulação política das comunidades. O estudo evidencia, assim, o protagonismo feminino nas ocupações urbanas e os modos pelos quais as mulheres reinventam o fazer político a partir das margens.

Palavras-chave: Lideranças femininas; ocupações urbanas; cozinhas comunitárias.

ABSTRACT

This monograph is guided by the life trajectories of Jéssica and Érika, two women who are leaders of urban occupations located on the outskirts of São Carlos, in the interior of São Paulo, Brazil. Based on an ethnographic approach — which included participant observation, collaboration in daily activities, and semi-structured interviews — the study analyzes the paths taken by these interlocutors in the construction of their leadership positions. The community kitchens within the occupations were taken as privileged sites of observation, given the symbolic and practical value that food acquires in a territory marked by food insecurity. The hypothesis is that care work, particularly related to the preparation and distribution of food, constitutes one of the main foundations of the authority exercised by these women. Observing their practices reveals how care plays a central role in the collective management of the territory and in the political organization of the communities. The study thus highlights women's protagonism in urban occupations and the ways in which they reinvent political practice from the margins.

Keywords: Female leadership; urban occupations; community kitchens.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da cidade de São Carlos (SP), com a localização das ocupações OEBUS e OEBUM	11
Figura 2 – Feitio da sopa na cozinha comunitária da OEBUM.....	19
Figura 3 - Roda de conversa com mulheres da OEBUS, realizada na Cozinha Solidária.....	20
Figura 4 – Cozinha comunitária da OEBUM.....	48
Figura 5 - Inauguração da Cozinha Solidária do MTST na OEBUS.....	48
Figura 6 - Área do incêndio que acometeu a Cozinha Solidária do MTST.....	50
Figura 7 - Área do incêndio que acometeu a Cozinha Solidária do MTST.....	50
Figura 8 - Moradores e voluntários em mutirão de limpeza e reconstrução da área acometida pelo incêndio.....	51
Figura 9 -Print da matéria do G1 no dia do incêndio	52
Figura 10 - Cozinha Solidária do MTST na OEBUS após a reconstrução.....	53

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ATHIS – Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social

BNH – Banco Nacional da Habitação

CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

DHNA – Direito Humano à Alimentação Adequada

FCP – Fundo da Casa Popular

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

OEBUM – Ocupação Em Busca de uma Moradia

OEBUS – Ocupação Em Busca de um Sonho

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - OS CAMINHOS DE JÉSSICA E ÉRICA ATÉ A OCUPAÇÃO: MIGRAÇÃO, FAMÍLIA E INDIGNAÇÃO.....	21
1.1 O caminho de Érika até a Em Busca de uma Moradia.....	22
1.2 O caminho de Jéssica até a Em Busca de um Sonho.....	25
1.3 Entre feridas e cuidados: experiências comuns de mulheres forjadas na adversidade.	29
CAPÍTULO 2 - TORNANDO-SE LIDERANÇAS: CONEXÕES POLÍTICAS, CONFIANÇA E CUIDADO.....	32
2.1 Tornar-se liderança: a trajetória de Érika enquanto líder na OEBUM.....	33
2.2 Tornar-se liderança: a trajetória de Jéssica enquanto liderança na OEBUS.....	36
2.3 Entre permanências e deslocamentos: os desafios de construir vínculos.....	40
2.4 O cuidado como fundamento da autoridade.....	42
CAPÍTULO 3 - AS COZINHAS COMUNITÁRIAS E A MANUTENÇÃO DA LIDERANÇA: ALIMENTAÇÃO, CUIDADO E PODER.....	45
3.1 As cozinhas como núcleo da vida coletiva.....	46
3.2 A cozinha como espaço ampliado do cuidado.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

INTRODUÇÃO

Apresentação

Esta monografia tem como fio condutor as trajetórias de Jéssica e Érika, duas mulheres que são lideranças de ocupações urbanas na periferia da cidade de São Carlos, interior de São Paulo. De modo mais específico, descrevo as dinâmicas e desafios que experienciaram cotidianamente ao longo do processo de construção de suas posições de liderança, tomando como posto de observação privilegiado as cozinhas comunitárias e o trabalho que realizam neste espaço. O valor heurístico das cozinhas comunitárias se deve ao carga simbólico e prático que o alimento tem em um contexto permeado pelo risco constante da fome. Por isso, através de observação participante, colaboração nas atividades da ocupação e entrevistas semiestruturadas, analiso a correlação entre as práticas de cuidado – mais especificamente, o do preparo e manejo de alimentos – e a confiança e o respeito atribuídos pelos moradores a essas lideranças. Ao observar essas experiências, investigo de que modo o trabalho de cuidado, longe de se restringir à esfera privada ou afetiva, assume um papel central na gestão coletiva e na articulação política das comunidades, revelando não apenas o protagonismo feminino, mas também os modos pelos quais mulheres reinventam o fazer político a partir das margens (DAS; POOLE, 2004; PIEROBON, 2018; VIANA, 2021). Assim, o objetivo desta pesquisa é compreender como o trabalho de cuidado, especialmente relacionado à alimentação, contribui para a construção das lideranças femininas em ocupações urbanas periféricas.

Classificada como cidade de porte médio, São Carlos contava, em 2022, com uma população estimada em aproximadamente 254 mil habitantes. Embora seja amplamente reconhecida como um polo de desenvolvimento científico e tecnológico (PIRES, 2021), o município também enfrenta o desafio do déficit habitacional, realidade comum às cidades brasileiras, ainda que em proporções menores quando comparada às grandes metrópoles (PULHEZ, 2012). A presença de programas habitacionais no território, no entanto, não tem contribuído para a superação das desigualdades sociais e espaciais; ao contrário, muitas vezes essas iniciativas acabam por intensificá-las.

Esse cenário de concentração fundiária, valorização desigual do solo e políticas que pouco dialogam com a realidade das famílias de baixa renda são o contexto em que surgem

iniciativas autônomas de ocupação de terrenos ociosos. É nesse entrecruzamento entre carência de moradia, políticas habitacionais pouco efetivas que emergem a *Ocupação Em Busca de um Sonho* e a *Ocupação Em Busca de uma Moradia* — ambas localizadas nas franjas urbanas da cidade e organizadas por famílias que enfrentam, cotidianamente, os efeitos de um modelo de urbanização excludente. (ROLNIK, 2015) Para fins de clareza e economia textual, ao longo deste trabalho, farei uso das siglas OEBUS (Ocupação Em Busca de um Sonho) e OEBUM (Ocupação Em Busca de uma Moradia) para me referir a elas. O mapa a seguir demonstra a localidade das ocupações na cidade de São Carlos.

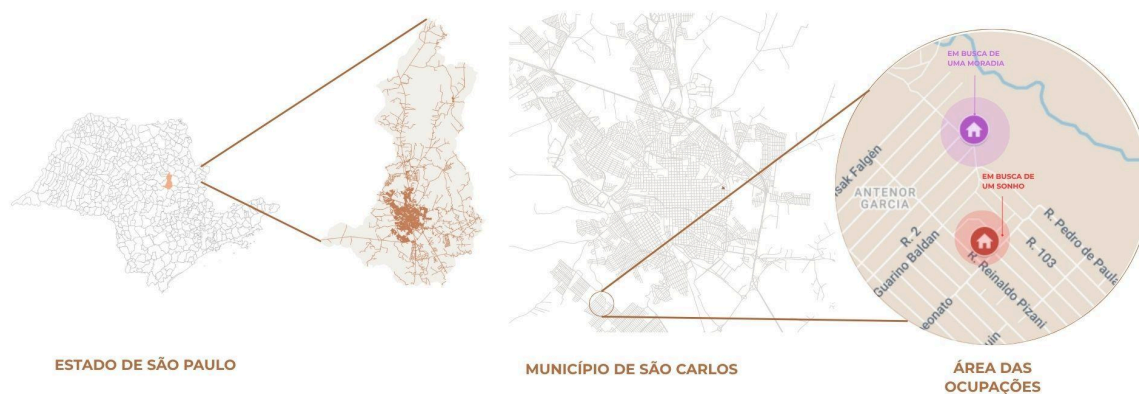


Figura 1 – Mapa da cidade de São Carlos (SP), com a localização das ocupações OEBUS (em vermelho) e OEBUM (em roxo). Fonte: elaborado pela autora a partir do Google My Maps e Canvas, 2025.

O cotidiano dessas ocupações é atravessado por uma divisão do trabalho em que as mulheres ocupam posições centrais — seja na liderança política, seja na condução da vida coletiva — articulando o preparo de alimentos, organizando a logística de distribuição de doações e o uso do espaço, delimitando lotes e responsáveis, mediando conflitos e conduzindo a comunicação com diferentes atores externos à ocupação.

Jéssica é uma das pessoas que compõem o quadro de lideranças da OEBUS. Ela é uma mulher jovem, negra, casada, mãe de três filhos, e é marcada desde a adolescência pela luta por moradia. Filha de um militante do movimento, teve contato desde cedo com os bastidores das ocupações urbanas, o que lhe conferiu uma percepção ampliada das estratégias de enfrentamento ao déficit habitacional e às dinâmicas de exclusão urbana. A sua juventude

foi vivida em moradias precárias, sob a responsabilidade precoce da maternidade, experienciando diretamente os limites da política pública de habitação. Já Érika, é a principal liderança da OEBUM. É uma mulher parda, mãe solo de dois filhos, teve sua trajetória marcada por situações de violência doméstica e abandono. Vinda de um contexto familiar fragmentado, rompeu com a casa da mãe e posteriormente enfrentou situações de risco ao tentar se reinserir na família paterna. Começou a trabalhar como empregada doméstica aos 12 anos, o que é sintomático da sobreposição de opressões raciais, de gênero e de classe que definem o destino de muitas meninas pobres no Brasil. Ambas carregam o estigma da pobreza e a dureza de um cotidiano que exige não apenas resistência, mas reinvenção constante da vida.

As trajetórias de Jéssica e Érika, trazem à luz padrões estruturais que revelam o imbricamento entre a história urbana brasileira. Ao analisar suas trajetórias de vida, parto da compreensão de que a produção do espaço nas cidades brasileiras é atravessada por processos de segregação socioespacial (ROLNIK, 2015; MARICATO, 2011), agravadas nas periferias urbanas e afetando principalmente mulheres racializadas e pobres. Assim, ocupações surgem como prática de resistência coletiva que subvertem a lógica hegemônica da produção do espaço. Ao organizar a vida coletiva nas ocupações, essas mulheres não apenas reivindicam o direito à moradia digna, mas também reconfiguram relações de poder, mobilizando o cuidado e a solidariedade como instrumentos centrais de autoridade e ação política.

Políticas habitacionais, lutas por moradia e gênero

Desde o final do século XIX, com a intensificação do processo de urbanização no Brasil, a questão da habitação se consolidou como uma das principais questões sociais do país. Apesar da criação de programas federais voltados para atenuar essa realidade precária – como o Fundo da Casa Popular (FCP), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e, mais recentemente, o Minha Casa Minha Vida (MCMV) –, essas iniciativas foram marcadas por descontinuidades e implementações ineficazes. A centralidade do setor privado na execução dessas políticas corrobora a priorização da lógica de mercado em detrimento do direito à moradia, restringindo o alcance da população de baixa renda a soluções habitacionais dignas. (MOTTA, 2009, p. 15)

Diante da insuficiência das políticas públicas em garantir o direito à moradia, populações afetadas por essa realidade de exclusão acabam se organizando politicamente em torno de uma causa comum. A formação de movimentos por moradia e ocupações urbanas emerge, nesse contexto, como uma resposta à precariedade habitacional, ao mesmo tempo em

que expressa formas de resistência, solidariedade e construção de alternativas habitacionais. (PAULINETTI e CANETTIERI, 2019).

Movimentos de luta por moradia, além do acesso à casa própria, reivindicam a reforma urbana e o direito à cidade, compreendendo a questão da moradia não restrita à casa física, mas também considerando a localização na cidade e o acesso a serviços e infraestruturas. (TOZZI, 2020) Julia Vilela Caminha (2015), ao analisar as especificidades entre ocupações brasileiras e europeias, promove uma ideia interessante para pensar as razões das ocupações, para além da privação por escassez de moradia. Argumenta sobre a necessidade de análises que enfatizam a relevância dos assentamentos urbanos nas cidades, compreendendo-os não somente como um reflexo da disparidade na oferta de recursos e assistência, como também um território de dinâmicas sociais e espaciais que almejam contestar a estrutura do sistema vigente.

Nesse contexto, é fundamental considerar que a desigualdade no acesso à moradia possui um recorte de gênero: segundo a Fundação João Pinheiro (2022), 62,6% das famílias que enfrentam o déficit habitacional são chefiadas por mulheres. Helene (2019) denomina de *segregação generificada* a dinâmica em que as mulheres são sistematicamente excluídas não apenas de áreas com maior oferta de oportunidades de trabalho, mas também do acesso a serviços e infraestruturas urbanas. Essa perspectiva permite compreender como a luta por moradia também carrega, em muitos casos, uma dimensão de enfrentamento às desigualdades de gênero que estruturam o espaço urbano.

A Ocupação Em Busca de um Sonho (OEBUS), surgida em 2015, abriga atualmente 111 famílias em uma área de 26.346,30 m², das quais 75 residem efetivamente no território e 36 possuem lotes, mas não vivem ali de forma permanente. A estrutura física do assentamento reflete a precariedade habitacional que marca os processos de autoconstrução: os barracos são feitos com lona, madeira e materiais reaproveitados; a pavimentação asfáltica é ausente em boa parte do território, não há calçadas adequadas e o acesso à água se dá majoritariamente por ligações informais à rede pública (84% dos moradores), enquanto 12% dependem de vizinhos. Além disso, 65,3% dos domicílios utilizam fossas sépticas e 14% despejam esgoto de forma precária na rede pública. A energia elétrica é obtida por meio de ligações clandestinas em 88% das residências, sendo que 12% não contam com eletricidade. A coleta de resíduos sólidos é irregular, apenas 3% dos ocupantes têm acesso a lazer e cultura, e há risco constante de inundações e erosões, dada a ausência de infraestrutura de drenagem (Associação Veracidade & Maitá ATHIS, 2023).

Desde sua origem, a OEBUS contou com o apoio do PSOL¹ e de coletivos como o Maitá ATHIS² e a Associação Veracidade³, estruturando sua luta em torno da inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) inspirada na mobilização da ocupação que a antecedeu. Essa articulação garantiu que parte significativa das famílias fosse contemplada com unidades habitacionais no bairro Planalto Verde, mesmo diante de episódios de repressão. A entrada do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto⁴ (MTST) em 2017 marcou uma inflexão na dinâmica política local, redirecionando o foco da mobilização para a regularização fundiária do território. A atuação do MTST viabilizou avanços parciais em infraestrutura, como a instalação de galerias de águas pluviais, guias, sarjetas e o asfaltamento de parte das vias (BREDA, 2023). Um marco importante dessa nova fase foi a inauguração da Cozinha Solidária do MTST⁵ em 2022, que se tornou um espaço central para o cuidado coletivo e a organização da vida cotidiana.

A Ocupação Em Busca de uma Moradia (OEBUM), por sua vez, surgiu em 2020, nas proximidades da OEBUS, em meio a um contexto de intensificação das desigualdades sociais, políticas e econômicas, agravadas pela pandemia de COVID-19. Com área de 33.308,08 m², abriga 84 famílias que residem integralmente no território. Apresenta características estruturais semelhantes à OEBUS, mas em condições ainda mais precárias, por não ter sido contemplada com nenhuma iniciativa de urbanização. Estabelecida em uma área de risco ambiental, localizada na Bacia do Córrego Água Quente, a ocupação enfrenta ameaças constantes de erosões, voçorocas, alagamentos e instabilidade do solo, agravadas pela ausência total de sistema de drenagem urbana adequado.

O pano de fundo da constituição desse assentamento recente é composto por fatores estruturais que restringem o acesso a direitos básicos. Embora o Programa Minha Casa Minha

¹ O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) é uma organização política fundada em 2004 por dissidentes do Partido dos Trabalhadores, inclinado à esquerda com pautas ligadas aos direitos humanos, justiça social e movimentos urbanos populares. Ver mais em: <https://psol50.org.br/> Acesso em: 03 mar.2025.

² Maitá ATHIS é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, fundada em 2022 a partir do grupo Pitá, que presta assessoria técnica popular em territórios de conflito fundiário. Tem como principal missão promover o direito à cidade, à moradia digna e a participação social em áreas informais. Ver mais em: <https://www.maitaathis.org/> Acesso em : 04 abril de 2025

³ A Associação Veracidade é uma ONG sem fins lucrativos, fundada em 2013 em São Carlos, surgida a partir da união de coletivos preocupados com a interação entre campo e cidade. Sua ação envolve práticas de permacultura e agroecologia no meio urbano, projetos de saneamento sustentável e oficinas sobre tecnologias socioambientais. Ver mais em: <https://veracidade.eco.br/a-veracidade/> Acessado em: 04 abril de 2025.

⁴ O MTST é organização social, política e popular fundada em 1997, que tem como premissa a garantia do direito à moradia e luta pela reforma urbana no Brasil. Surge da organização de trabalhadores urbanos sem teto e tem como estratégia a ocupação de imóveis com função social ociosa como forma de ação direta, mobilização comunitária e pressão política. Acesso em: 04 de abril de 2025. Ver mais em: <https://mtst.org/>

⁵ Trata-se de um projeto do MTST, que tornou-se política pública pelo governo federal e que ganhou visibilidade durante a pandemia, e tem como premissa básica o combate à fome. Acesso em: 04 de abril de 2025. Ver mais em: <https://mtst.org/>

Vida sempre tenha sido insuficiente para atender às parcelas mais pobres e lidar com o déficit habitacional, a gestão de Jair Bolsonaro enfraqueceu o Programa, extinguindo a Faixa 1, destinada a famílias que recebem até 2 salários mínimos e reformulando-o como “Casa Verde e Amarela”, modelo baseado em financiamento habitacional, em vez da concessão de subsídios diretos às famílias de baixa renda. A esse cenário somam-se os efeitos da reforma trabalhista de 2017 e a recessão econômica agravada pela crise sanitária. Diante do esgarçamento das políticas públicas e da precarização crescente do trabalho, a OEBUM se diferencia das ocupações anteriores por não almejar a inclusão em programas habitacionais, centrando sua mobilização na luta pela regularização fundiária, com apoio de partidos políticos, organizações da sociedade civil e iniciativas voluntárias (BREDA, 2023).

Em inúmeros contextos de ocupações, mulheres transformam o espaço comunitário em território de resistência, em que o cuidado - historicamente associado ao ambiente doméstico - se torna uma ferramenta política, que transcende a esfera doméstica, tornando-se um elemento estruturante de organização comunitária (PIEROBON, 2018). Estudos dos últimos anos apontam as mulheres como principais responsáveis pela gestão comunitária das ocupações urbanas, trabalhando na construção de redes de solidariedade, nas negociações com o governo e na implantação de estratégias coletivas de sobrevivência. (MONCAU, 2021; VIANA, 2021). Ademais, cabe destacar que as análises dessas ocupações mostram que mulheres não só estão à frente de mobilizações políticas, como também resistência às múltiplas formas de violência, tanto institucionais, domésticas ou comunitárias. (MONCAU, 2021)

Em diálogo com esta literatura, ao acompanhar os cotidianos da Ocupação Em Busca de um Sonho e da Ocupação Em Busca de uma Moradia, observei que as lideranças femininas não apenas resistem às adversidades que atravessam seus corpos e territórios, mas também consolidam sua autoridade por meio de práticas vinculadas à reprodução da vida coletiva. Busco mostrar que o preparo de almoços comunitários, a distribuição de doações e a mediação de conflitos não são apenas tarefas associadas ao cuidado, mas também formas políticas de atuação. É justamente nessas práticas cotidianas que essas mulheres acessam um status de poder e centralidade na dinâmica das ocupações, ressignificando o trabalho de cuidado como um lugar de respeito.

Notas metodológicas: participação, escuta e observação nas cozinhas comunitárias

A pesquisa parte do interesse em compreender como Jéssica e Érika constroem e sustentam suas posições de liderança nas ocupações, tomando como eixo metodológico a

reconstrução de suas trajetórias. Acompanhando seus percursos de vida e atuação política, busco identificar deslocamentos e reconfigurações que marcam suas experiências ao longo do tempo. Julgo importante destacar que, quando questionei sobre o uso de seus nomes reais, ambas autorizaram essa escolha, expressando inclusive que a visibilidade poderia ser positiva para o movimento. Os demais nomes que eventualmente aparecem no decorrer do texto são fictícios, utilizados com o objetivo de preservar a identidade e imagem dos indivíduos mencionados — inclusive nas falas diretas das interlocutoras, onde substituí os nomes próprios por outros equivalentes, a fim de garantir o anonimato de terceiros.

Como observa Larissa Vianna (2020), a trajetória das mulheres nas ocupações urbanas emerge no entrecruzamento entre vivência individual e produção coletiva do espaço, em contextos marcados por precariedade, conflito e resistência. Helena Silvestre (2020), ex-ocupante, intelectual e ativista pela causa da moradia, também contribui para esse entendimento, ao sugerir uma “continuidade” entre os corpos das mulheres que vivem em assentamentos urbanos e a construção de suas casas. Considerando que o maior contingente das ocupações é composto por mulheres, a atenção às narrativas das mesmas, parece-me pertinente para a compreensão de certas dinâmicas nestes espaços. Esses territórios não se limitam a ser uma alternativa de habitação, mas constituem verdadeiros palcos de lutas cotidianas, nos quais o espaço urbano é apropriado e transformado pelos sujeitos que o habitam (LEFEBVRE, 2013).

Em sintonia com a abordagem de Camila Pierobon (2018), que mobiliza a noção de “evento crítico” desenvolvida por Veena Das (1995), entendo que determinados acontecimentos — ainda que aparentemente corriqueiros — podem operar como pontos de virada nas trajetórias individuais e coletivas nas ocupações urbanas. Tais eventos têm o potencial de rearranjar relações, alterar a percepção de pertencimento e reposicionar sujeitos em meio às tramas de poder. No decorrer deste trabalho, busco identificar esses momentos nas narrativas e nas dinâmicas observadas em campo, compreendendo-os não apenas como mudanças pontuais, mas como instâncias reveladoras da densidade do cotidiano e da produção ativa do espaço urbano pelas mulheres que protagonizam essas ocupações.

Assumo, nesta pesquisa, uma abordagem etnográfica orientada por uma escuta situada e implicada (VIANNA & LEITE, 2007), atenta às formas pelas quais o conhecimento é produzido na minha relação com o campo. A observação participante, neste sentido, não se limitou ao registro escrito no caderno de campo, mas envolveu o engajamento ativo nas ações pontuais e nos afetos que perpassam os ambientes nos quais estive presente.

As cozinhas comunitárias se consolidaram como meus principais pontos de observação (HIRATA, 2010). Para além de espaços destinados ao preparo de alimentos, notei como elas se traduzem em centros de convivência, organização e tomada de decisão. Em meio à ausência de uma estrutura institucionalizada de gestão, mulheres constroem modos próprios de governança, ancorados na cooperação e na escuta coletiva (SILVESTRE, 2020).

O tempo que estive realizando trabalho de campo, se estendeu por um período de dez meses, entre idas esparsas: em alguns meses, consegui ir toda semana; em outros, minha jornada de trabalho, somada às demandas da universidade e à distância, dificultaram a ida contínua. Minha presença no campo foi traçada em uma dinâmica intermitente, em que participei de ações pontuais que, embora esporádicas, faziam parte da rotina das mulheres com quem dialoguei. Como apontam Birman e Leite (2007), em contextos urbanos marcados pela fragmentação, a etnografia pode ser construída por presenças parciais, mas densas, atravessadas por vínculos e negociações éticas. Nesse sentido, entendo que a qualidade da escuta e do envolvimento prático podem ser tão relevantes, quanto a permanência contínua no campo.

Em março de 2024, fiz minha primeira visita à Ocupação Em Busca de uma Moradia (OEBUM) para conhecer o projeto “Céu de Santo Antônio”, idealizado por um amigo, estudante de mestrado em Antropologia que mora nos arredores da ocupação. Nessa primeira ida, ele me apresentou o espaço da ocupação e me levou para conhecer o barraco da Érika, com quem já comecei a estabelecer contato desde o primeiro dia de campo. A partir desse encontro inicial, passei a integrar, ainda naquele mês, a ação voluntária de preparo e distribuição da sopa realizada às segundas-feiras na cozinha comunitária da OEBUM, mobilizada por pelo meu colega, Érika e doadores de alimentos e voluntários. Essa experiência marcou minha primeira aproximação com o campo. A imagem a seguir registra um momento dessa ação, que marcou a maioria das minhas presenças na OEBUM e se consolidou como uma das minhas principais portas de entrada para construção de vínculos no campo.



Figura 2 – Feitio da sopa na cozinha comunitária da OEBUM. Fonte: Acervo pessoal, julho de 2024.

A OEBUM fica em um terreno de terra nas extremidades de um pasto, uma das vias de acesso ao bairro Antenor Garcia. Por estar localizada na Bacia hidrográfica do Córrego Quente, o solo é arenoso, úmido e instável para habitação. Os caminhos entre os barracos pareciam pequenos labirintos: algumas vielas, outras ruas curtas de terra, quase sempre marcadas por um fio de água escorrendo pelo centro. Os barracos são muito próximos entre si, construídos com tapumes, placas, vigas de madeira, telhas de *tetra pack* e todo tipo de quinquilharia.

Posteriormente, em abril de 2024, passei a frequentar também a Ocupação Em Busca de um Sonho (OEBUS), recorrentemente chamada pelos moradores da vizinhança como a “ocupação de cima”. Essa aproximação foi mediada por dois projetos vinculados à UFSCar: o projeto de extensão “Direitos Sexuais e Justiça Reprodutiva em contextos de vulnerabilidade”, coordenado por uma professora do Departamento de Enfermagem da UFSCar, onde participei ativamente das rodas de conversa com as mulheres da ocupação. Também participei de algumas atividades de estágio supervisionado da graduação em Psicologia, com foco em segurança alimentar e hortas urbanas, orientado por um professor do curso.

A imagem a seguir retrata uma das rodas de conversa de mulheres realizadas na Cozinha Solidária, atividade que foi central na minha inserção na OEBUS.



Figura 3 - Roda de conversa com mulheres da OEBUS, realizada na Cozinha Solidária. Fonte: Acervo de Natália Salim, cedido à autora, julho de 2024.

A OEBUS, em contraste com a OEBUM, está localizada em uma área asfaltada e conta com uma disposição territorial mais ampla. A distância entre os barracos é maior, e há lotes vazios. Essa configuração física influenciou também a forma como me movimentei por lá: por ser mais espaçada, a Cozinha Solidária da OEBUS não estava tão integrada ao restante dos barracos, o que fez com que eu permanecesse mais nesse espaço. Já a OEBUM, mais “apertada”, me proporcionou um contato mais direto com o cotidiano da ocupação como um todo, embora meus vínculos mais duradouros tenham se estabelecido na OEBUS.

Na OEBUS, minha presença se deu inicialmente para uma entrevista com Jéssica, que embora tenha rendido informações relevantes para este trabalho, não foi tão fluída, creio que por não nos conhecermos tanto. Posteriormente fui consolidando minha presença lá, a partir do apoio às atividades promovidas pelos projetos da universidade. Participei, principalmente, das rodas de conversa de mulheres, atividade que integra o projeto de extensão coordenado pela professora da enfermagem, como mencionado anteriormente. Contribuí com registros fotográficos e com a organização de rodas de mulheres, além da participação em mutirões de reconstrução da Cozinha Solidária, que foi acometida por um incêndio em outubro de 2024. Aos poucos, fui me aproximando de figuras centrais da Cozinha Solidária, como Jéssica, minha principal interlocutora nessa ocupação, e Patrícia, “braço direito de Jéssica”, e

observando como o trabalho de cuidado se articula com formas de liderança e organização coletiva. Em uma roda, ouvi de uma moradora que “a Jéssica já matou muita minha fome” — frase que revelou a força prática e simbólica de sua atuação naquele território.

Procurei criar um percurso guiado por uma escuta atenta e por uma disposição para o envolvimento prático. Na maioria das vezes fui de carona; em outras, poucas, peguei o transporte público. Com o tempo, aprendi a reconhecer os rostos que se repetiam, os silêncios que também dizem, as pausas e os gestos das pessoas. Notei que, por algum tempo, eu não era chamada pelo meu nome, mas referida como amiga de meu colega que foi minha primeira ponte com o campo. Quando fui chamada pela primeira vez de Maria pela Érika, senti que aquilo foi um divisor de águas. Foi algo aparentemente simples (afinal, lembrar nomes não é uma tarefa fácil), mas que marcou uma virada na forma como eu era percebida na ocupação e, principalmente, na minha relação com ela. Esse processo também se repetiu na OEBUS. A partir disso, senti que começava a ser reconhecida não apenas como visitante ou voluntária eventual, mas como alguém que fazia parte, de algum modo, da rotina e dos vínculos daquele espaço.

Foi nessa presença em campo que tive a oportunidade de realizar entrevistas; uma com cada interlocutora no primeiro semestre de 2024 e outras duas no segundo. Em vários momentos, as entrevistas foram interrompidas por familiares ou por moradores que procuravam as lideranças para tratar de alguma demanda, como abrir a cozinha, resolver conflitos ou pedir alguma ajuda. Os relatos, por isso, não se apresentaram de forma linear. Vieram em fragmentos, acompanhados de hesitações, pausas e memórias entrelaçadas ao tempo presente. Escutá-las exigiu disposição para acolher o ritmo de cada uma e reconhecer os limites das condições que nos eram impostas. Não pretendo oferecer uma sequência exata dos acontecimentos, mas sim, seguir os caminhos abertos pelas narrativas, compreendendo como certos episódios ganham forma ao serem lembrados.

Foi ao longo deste percurso, que tive contato com as realidades das ocupações e percursos de vida das interlocutoras que dão forma a este trabalho. No primeiro capítulo, apresento os caminhos que levaram Jéssica e Érika até as ocupações, considerando os marcadores sociais que atravessaram suas trajetórias anteriores. No segundo capítulo, discuto os percursos de construção da autoridade e as condições que possibilitaram sua atuação como lideranças. Por fim, no terceiro capítulo, analiso as práticas cotidianas que sustentam essas posições, com foco no trabalho com o alimento e no papel das cozinhas comunitárias como espaços de cuidado, organização e tomada de decisão.

CAPÍTULO 1 - OS CAMINHOS DE JÉSSICA E ÉRIKA ATÉ A OCUPAÇÃO: MIGRAÇÃO, FAMÍLIA E INDIGNAÇÃO

Neste capítulo, reconstruo os caminhos que antecedem e levaram a Jéssica e Érika e às ocupações estudadas. A chegada à ocupação não se dá de forma espontânea: ela é precedida por uma série de percalços, deslocamentos e estratégias de sobrevivência. Embora as ocupações se revelem, para as interlocutoras, como espaços de potência, as falas e relatos apreendidos também sugerem trajetórias de sofrimento. A partir disso, considero importante mobilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica para compreender essa etapa das trajetórias, na medida em que os marcadores sociais de gênero, classe e raça se entrelaçam de modo inseparável com os reveses vividos pelas interlocutoras. Entretanto, tais experiências revelam não apenas perdas, mas também possibilidades de reinvenção (hooks, 2023).

Se, como propõe Larissa Viana (2020), a trajetória é um fio tecido entre estrutura e experiência, memória e cotidiano, torna-se necessário considerar que a rota até a ocupação não se resume no deslocamento espacial. Envolve a reorganização dos afetos, a lembrança de momentos difíceis e a construção de narrativas que, ao serem compartilhadas, também inscrevem o vivido em um novo tempo. Gabriela Moncau (2021), ao acompanhar as dinâmicas femininas da Ocupação Jardim Esperança, na zona leste de São Paulo, mostra como a memória da violência e da perda se converte, muitas vezes, em um modo de não esquecer o que forjou o desejo por uma vida diferente. Camila Pierobon (2018), ao estudar a trajetória de Leonor em uma ocupação paulista, enfatiza que a forma como se lembra e se conta a própria história é atravessada por disputas internas e externas, julgamentos morais e por tentativas de reconstrução dos sentidos para si.

Essas trajetórias não se configuram como exceções, mas como expressões vivas de um padrão social historicamente consolidado que racializa e feminiliza a pobreza. Como mostra Gonzalez (1984), a mulher negra é historicamente situada na base da pirâmide social, a quem cabem as tarefas mais precarizadas, invisibilizadas e desvalorizadas. É nesse cenário que se inscrevem os deslocamentos, as rupturas e as estratégias de sobrevivência que levaram Érika e Jéssica a se tornarem moradoras das ocupações OEBUM e OEBUS. São percursos que antecedem a entrada nas ocupações e ajudam a entender os modos particulares com que Jéssica e Érika se ligaram aos territórios em que atuam, construindo pertencimento.

1.1 O caminho de Érika até a Em Busca de uma Moradia

Antes da primeira entrevista entre mim e Érika, participei como voluntária de uma ação da ação da sopa às segundas-feiras, e de um almoço comunitário de domingo. O amigo que me apresentou ao campo era o encarregado de buscar doações, já que a iniciativa era do “Céu de Santo Antônio”. Por se tratar de um projeto pequeno e com pouca visibilidade na cidade, muitas vezes era ele quem fornecia a maior parte dos alimentos para o preparo da sopa. Quando havia doações sobrando na despensa da cozinha comunitária, Érika as disponibilizava para complementar os ingredientes. Nessa primeira atividade, ficamos apenas eu e ela na cozinha, cortando legumes. O ambiente foi preenchido por longos silêncios, quebrados de tempos em tempos por algumas perguntas minhas, respondidas de forma bastante sucinta por ela. Fui ajudar na realização de um almoço de domingo, um dia antes, no sábado, visitei a ocupação para levar algumas doações de alimentos e fraldas que uma amiga que morava em minha república ofereceu. Nessa data, quando fui entregar as doações, Érika estranhou o fato de eu não estar acompanhada, embora já tivéssemos estado juntas sem outras pessoas em outras ocasiões. No meio de uma atividade com crianças que acontecia na área de convivência da cozinha, ela desabafou sobre sempre ter que estar de olho na cozinha, que havia deixado o espaço sob a responsabilidade de outros moradores e encontrou o espaço destrancado e sujo. Admitiu querer abrir mão daquela responsabilidade. Fiquei um pouco sem graça de perguntar se podíamos fazer uma entrevista gravada naquela semana, mas, mesmo assim, o fiz. Para minha surpresa ela aceitou, e naquela semana ela me recebeu novamente em seu barraco para conversarmos e tomarmos um café. Alguns meses depois, realizei a segunda entrevista.

O caminho de Érika até a ocupação foi tortuoso. Nascida em São Carlos, considera-se uma mulher parda, tem 43 anos e é mãe solo de dois filhos. Cresceu em um ambiente familiar instável, com episódios constantes de violência doméstica. Ela conta que seu pai e mãe se batiam todos os dias. Após a separação de seus pais, quando tinha 9 anos, a situação de precariedade se agravou para ela e seus outros 3 irmãos mais novos. Foram abandonados no Broa, área afastada da cidade que comporta uma represa. Conta que a condição de fome daquele momento, fez com que começassem a catar latinhas na beira da represa. Ela e seus irmãos entregavam o material a um morador da área, que vendia latinhas e entregava alimentos a ela e seus irmãos. Nesse ínterim, sua mãe se casou novamente, e após algum tempo Érika e seus irmãos voltam a morar com a mãe.

Aos 12 anos, após uma briga entre a família foi agredida e expulsa de casa por seu padrasto. Na noite do ocorrido, contou que saiu de noite sozinha até onde seu pai morava. Como ele morava com outros homens, ela não podia residir lá, pois seu pai tinha receio que quando fosse trabalhar Érika sofresse algum abuso. Assim, seu pai a encaminhou para trabalhar como doméstica em troca de abrigo, na casa de uma mulher, onde trabalhou boa parte da adolescência. Mencionou que nessa época trabalhava na casa pela manhã, estudava à tarde e à noite trabalhava em um parque de diversões. Essa sobreposição de jornadas revela como, desde a infância, o trabalho aparece na vida de Érika como única possibilidade de permanência e sobrevivência. Diversas autoras mostram como a divisão sexual do trabalho se entrelaça com desigualdades de classe e raça, naturalizando a responsabilização das mulheres pelas tarefas de cuidado e reprodução social, ao mesmo tempo em que essas mulheres, para sobreviver, ingressam muito cedo em formas precárias e informais de trabalho (HIRATA; KERGOAT, 2003; VIANNA, 2021).

Aos 18 anos, Érika mudou-se para o Rio Grande do Sul com sua mãe, em uma caravana em busca de melhores condições de trabalho. Viveu por oito anos no sul do país, onde construiu parte importante de sua trajetória adulta e onde nasceram seus dois filhos. As relações afetivo-sexuais que Érika estabeleceu nesse período foram atravessadas por expectativas sociais e familiares, e também por tensões ligadas à sua própria orientação sexual. Contou, na segunda entrevista realizada em outubro de 2024, que seu envolvimento com o pai de sua primeira filha ocorreu para "tapar o sol com a peneira", uma vez que, antes disso, se relacionava com uma mulher e havia sido vista por uma vizinha. "Foi por pressão, pra disfarçar", comentou. O relacionamento com o pai de seu filho caçula, por sua vez, aconteceu em meio à sua participação em uma igreja evangélica, onde o pastor insistia que ela deveria "pedir a Deus um varão". Sobre isso, ela afirmou em tom crítico:

Um dia fui na onda, pedi o tal do varão e tropecei num bêbado mijado na cadeira. Pensei: deve ser esse o sinal de Deus! (ÉRIKA, entrevista, 19/10/2024)

Embora narre a experiência com certo humor, esse episódio revela os efeitos da normatividade religiosa sobre suas decisões íntimas, especialmente redes de apoio familiar frágeis. Ambos os relacionamentos se desfizeram, e, quando perguntei se os pais ainda mantinham vínculo com os filhos, Érika respondeu que apenas o pai de seu filho mais novo contribui com pensão alimentícia — valor que ajuda a complementar o sustento da casa, mas está longe de cobrir as necessidades do menino. Toda a gestão da vida familiar, econômica e

política recai sobre ela, que assume sozinha as responsabilidades do cuidado. Sua experiência evidencia aquilo que Helena Hirata (2022) identifica como uma das expressões mais marcantes da divisão sexual do trabalho: a naturalização da mulher como principal responsável pelas tarefas da reprodução social, mesmo em condições de extrema vulnerabilidade.

Trabalhou na linha de produção em fábricas de cosméticos e calçados, empregos de baixa remuneração e alta exigência física durante sua estadia no RS. A falta de qualificação formal, aliada à rigidez dos postos disponíveis para mulheres, limitava suas possibilidades de inserção em funções mais valorizadas. Ainda assim, não havia, segundo ela, outra opção.

Faz oito anos que Érika retornou do Rio Grande do Sul. Após uma visita à mãe, que ainda morava na cidade, decidiu permanecer ao perceber que sua filha mais velha, se recusava a voltar ao Sul. Sem conseguir vaga imediatamente em escolas públicas, sua filha ficou temporariamente sob os cuidados da avó, enquanto Érika buscava emprego. A reinserção no mercado de trabalho se deu em uma cozinha industrial, onde atuava como auxiliar, recebendo um salário de R\$395 durante a pandemia — valor insuficiente para cobrir aluguel, contas básicas e alimentação. A precariedade material e o medo constante da rua compuseram o cenário que a levou a buscar uma alternativa fora dos circuitos formais: a ocupação urbana.

Três anos após retornar a São Carlos, diante da crise econômica e sanitária, que agravou a condição de precariedade sempre vivida por Érika, ela começou a se articular para criar alternativas de moradia. Sem rede de apoio consolidada e diante da impossibilidade de permanecer na moradia alugada, chegou a considerar a mudança para o Capão das Antas, assentamento rural vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na área rural de São Carlos, onde já tinha alguns conhecidos e sabia que pessoas estavam mudando para lá. A ideia, no entanto, foi desencorajada por sua mãe, que temia as dificuldades do campo e a distância das redes urbanas de saúde e escola para seus netos.

A escolha de permanecer na área urbana da cidade e buscar uma alternativa urbana ao despejo por aluguel marca, portanto, uma virada importante. Pelo intermédio de uma amiga de sua mãe, Larissa, ficou sabendo da existência de um terreno disponível na ocupação que se iniciava no Antenor Garcia.

A chegada de Érika na ocupação envolveu uma série de contatos e negociações. Chegou à OEBUM em março de 2020, com os filhos e uma sacola de roupas, como descreveu. A área ainda era tomada por mato alto, e os primeiros barracos começavam a ser erguidos em estruturas de madeira, zinco e lona. Contou que em 2 meses ergueu seu barraco, o que se deu em um processo complicado:

Fiquei um mês sem água, sem luz. Era o último barraco, não dava pra puxar fio. Era tudo improvisado (ÉRIKA, entrevista, 24/04/2024).

Essa transição — da tentativa de manter-se em aluguel, à consideração do assentamento rural, até a entrada na ocupação urbana — revela um tipo de escolha guiada mais pela urgência do que por qualquer projeto político premeditado. O gesto de ocupar, nesse caso, aparece como o que autoras da economia feminista chamam de “resposta forçada” diante da ausência de alternativas institucionais para a reprodução da vida. Como argumentam Teixeira, Olivera e Vieira (2023), o contexto da pandemia aprofundou um processo já existente de feminização da pobreza, em que mulheres foram empurradas para posições ainda mais instáveis no mercado de trabalho e nas redes de proteção social. A informalidade e a sobreposição de jornadas criaram um cenário em que a autogestão da moradia e do cuidado se tornou, muitas vezes, a única saída possível para garantir algum grau de autonomia e segurança para si e para os filhos.

Nas ocupações urbanas, cada mulher carrega consigo um percurso único, mas atravessado por marcas estruturais comuns: instabilidade habitacional, sobrecarga de responsabilidades e estratégias improvisadas para garantir a continuidade da vida. É nesse contexto que se insere também a experiência de Jéssica, liderança da Ocupação Em Busca de um Sonho. Embora siga caminhos distintos dos trilhados por Érika, sua chegada à ocupação está igualmente imbricada em desafios, deslocamentos e nas brechas por onde as mulheres criam possibilidades de existência em meio ao abandono estatal.

1.2 O caminho de Jéssica até a Em Busca de um Sonho

A primeira vez que estive na Cozinha Solidária da Ocupação Em Busca de um Sonho foi em abril de 2024, ocasião que marcou também minha primeira entrevista com a Jéssica. Naquele dia, além dela, estavam presentes Patrícia — sua aliada próxima na condução das atividades da ocupação — e algumas moradoras dos barracos mais próximos à cozinha. Assim como Érika, Jéssica demonstrava familiaridade com a presença de pessoas de fora que se aproximavam para entrevistá-la ou tratar de assuntos relacionados à sua atuação na ocupação. Levei pão e café como forma de tornar o encontro mais leve e acolhedor. Essa primeira conversa, a exemplo da que tive inicialmente com Érika, esteve mais centrada nas questões do tempo presente — no cotidiano de Jéssica como liderança ativa no território.

A segunda entrevista, realizada em um momento distinto, aconteceu durante uma visita que fiz em companhia da professora da enfermagem à sua casa, localizada próxima ao terreno da ocupação. Julgo importante dizer, que nessa ocasião, Jéssica passava por um período de luto pela morte de seu sobrinho de dois meses que havia acontecido há poucas semanas, e pelo incêndio da Cozinha Solidária, episódio que tratarei mais adiante. Nesse dia, o marido de Jéssica também estava em casa, o que me fez perceber um certo cuidado da parte dela ao tratar de determinados assuntos. Apesar dessas questões, foi nessa ocasião que pude registrar com mais profundidade os elementos de sua trajetória, principalmente os caminhos que a levaram a começar a construir a Em Busca de Um Sonho.

Filha de mãe paranaense e pai maranhense, Jéssica nasceu em São Carlos, mas viveu parte significativa da infância no Mato Grosso, para onde se mudou com a mãe e as irmãs aos três anos de idade, após a separação dos pais. A mudança foi motivada pela busca de melhores condições de vida junto à avó materna. Passou a infância em uma região rural, marcada por baixa densidade populacional e ausência de infraestrutura urbana. Ali, desde pequena, trabalhou na roça e foi forçada a amadurecer cedo, por ser a filha mais velha. Nas minhas idas a campo conheci 3 de suas 5 irmãs.

Desde cedo, Jéssica incorporou as tarefas do cuidado como uma responsabilidade naturalizada, algo que “sempre foi de mim”, como ela mesma diz. Esse processo de amadurecimento precoce, típico de muitas meninas em contextos de adversidade (HIRATA, 2010), pode ser compreendido a partir da noção “delegação” como uma nova modalidade dentro da divisão sexual do trabalho desenvolvida por Hirata e Kergoat (2007), na qual as mulheres (e particularmente as meninas), são socializadas desde cedo a assumir a centralidade do cuidado e da manutenção da vida, ou seja, essas tarefas são delegadas à elas.

Aos 11 anos, Jéssica retornou a São Carlos, pois sua mãe precisava realizar uma cirurgia de laqueadura, e segundo seu relato, São Paulo contava com todos os recursos para isso. Jéssica, sua mãe, irmã e padrasto se instalaram em uma casa extremamente precária, “de dois cômodos”, em que uma das paredes teve de ser arrebentada para virar um banheiro. A mudança representou um novo desafio: o reencontro com o pai, que até então só conhecera até os três anos. Jéssica fala de seu pai com grande apreço e certo saudosismo, pois é falecido há sete anos. Jéssica o descreve como “uma pessoa muito humilde”, alguém a quem atribui grande parte de sua formação ética:

Meu pai pra mim sempre foi um herói [...] acredito muito que minha formação, de me colocar no lugar do outro, veio dele e da minha mãe (JÉSSICA, entrevista, 08/11/2024).

O retorno à cidade, no entanto, não foi estável. Além do impacto com a passagem do tempo e a paisagem sentida por Jéssica, ela vivenciava conflitos familiares constantes, sobretudo relacionados ao histórico de violência sofrido por sua mãe:

Minha mãe sofria muito abuso, sexual e sentimental. Cresci com aquilo. Falei: eu não posso ficar aqui. Fui morar sozinha, uma amiga me ajudou. Conheci uma outra amiga que estava precisando de ajuda, ajudei ela também. Sempre foi de mim essas coisas. (JÉSSICA, entrevista, 08/11/2024).

A repetição dessa frase revela não apenas sua disposição afetiva, mas também a naturalização do trabalho de cuidado como extensão de sua subjetividade. Outro aspecto relevante na fala de Jéssica, mostra como a “família” que constroi-se na ocupação transcende os laços sanguíneos. (SILVESTRE , 2020)

Aos 16 anos, Jéssica inicia uma relação afetiva com o homem que viria a ser seu marido, com quem mantém matrimônio há 12 anos e teve três filhos. A maternidade se entrelaça com sua juventude e com uma série de desafios estruturais. Durante a primeira gestação, já vivia de aluguel em uma casa instável, que teve o telhado desmanchado em um forte temporal. O episódio reforça uma constante em sua trajetória: a experiência da precariedade habitacional como uma dimensão persistente da vida. A tensão entre maternidade, juventude e moradia precária constitui, um dos pontos de inflexão que reconfiguram as trajetórias e potencializam o engajamento político posterior. (PIEROBON, 2018) Embora esse engajamento vá ser analisado no capítulo seguinte, é importante perceber aqui como as decisões de Jéssica são tomadas em contextos de adversidade, mas também de agência — ela escolhe sair de casa, acolher amigas, enfrentar a maternidade e buscar soluções em rede.

Em relação ao trabalho, Jéssica exerceu inúmeras funções. Contou que aos 7 anos de idade aprendeu a cozinhar, auxiliando nas tarefas domésticas junto à sua mãe. Quando criança, morando em Mato Grosso, trabalhava ajudando sua mãe na colheita de café e cuidando de animais da roça onde trabalhava na roça. Ao chegar na cidade, trabalhou em diversos bicos, além de trabalhar como doméstica, em supermercados e creches. Em relação aos estudos, afirma que terminou o Ensino Médio por um supletivo, em razão das demandas de cuidar de suas irmãs na adolescência.

Mesmo diante da escassez de recursos, Jéssica não se coloca apenas como alguém à mercê das circunstâncias. Sua trajetória revela uma postura ativa frente às dificuldades, na

qual o cuidado com os filhos e o amparo a outras mulheres funcionam como formas de resistência cotidiana. Em meio à instabilidade habitacional, ela passa a assumir responsabilidades precoces — não apenas com a própria família, mas também com amigas em situação de vulnerabilidade, que a abrigam temporariamente. A experiência da maternidade, nesse contexto, não opera como um fator de retração, mas como um catalisador de vínculos e práticas coletivas, nas quais o cuidado ultrapassa os limites do lar tradicional e ganha contornos comunitários.

Como visto anteriormente, Jéssica passou por uma série de mudanças antes de ser uma das primeiras ocupantes da Em Busca de Um Sonho. Durante sua infância e juventude, morou com o pai, com a mãe e em alguns períodos sozinha. Durante parte da adolescência, chegou a acompanhar suas irmãs mais novas em um abrigo quando estas foram levadas pelo Conselho Tutelar:

Passei por alguns momentos difíceis, que minhas irmãs foram parar no abrigo, e aí, pra não deixar minhas irmãs sozinhas, fui morar também no abrigo (JÉSSICA, entrevista, 8/11/2024).

Morou ainda em um barraco de madeira com seu pai, depois tornou a morar com sua mãe. Depois de passar um tempo morando sozinha, juntou-se com o marido com quem dividia uma casa alugada.

Antes de ocupar um lote do terreno que corresponde à ocupação, Jéssica morava junto com seu marido na Rua 4 do Antenor Garcia, em uma casa alugada muito próxima ao terreno. Grávida de sua primeira filha, as pressões financeiras e a má estrutura da casa que moravam soavam como um alerta. Seu pai, que já era engajado na causa da luta por moradia, notou que o terreno que antes era da Ocupação José Luis e Rosa Sundermann, estava sendo novamente ocupado, já que as famílias tinham sido contempladas pelas “casinhas no Planalto Verde”. Foi nesse contexto que seu pai sugeriu uma alternativa: “Filha, o pai vai separar um terreno lá pra você, pra você fazer um barraco”, conta Jéssica na nossa primeira entrevista em abril de 2024.

O terreno mencionado ficava na esquina de uma ocupação ainda incipiente. Jéssica, no entanto, resistiu à proposta. Considerava que sua entrada ali significaria tomar o lugar de alguém que “precisasse mais”. Essa dúvida inicial revela não apenas a falta de familiaridade com a dinâmica da ocupação, mas também a falta do senso da habitação como direito básico, que a impediria, naquele momento, de se enxergar como sujeita legítima daquele espaço. Apesar desse impasse, seu pai e Jéssica, começaram a limpar o terreno, separar materiais e erguer o barraco, como se já obtivesse que a mudança seria inevitável.

Jéssica contou que o estopim para a decisão de construir e mudar-se para o barraco que seu pai já havia separado foi uma forte chuva que atingiu sua casa. Nesse episódio, relatou que o telhado caiu, muita água entrou dentro da casa deteriorando móveis e eletrodomésticos além de um quadro que caiu ao lado de sua filha, que na época tinha 2 meses.

Ao longo dos quatro meses, cinco meses, eu comecei a ir lá, ver meu pai limpando, comecei a pegar gosto, porque eu sempre fui de trabalhar em roça, então já era de mim. Comecei a carpir, comecei a limpar, e vinha aqueles caminhões de madeira, separava madeira, separava prego, e enfim... construía o barraco. Aí, aconteceu esse fato na casa, a gente foi morar lá no barraco, lá não tinha uma gota de água pingando. Lá dentro da casa, dentro do barraquinho. (JÉSSICA, entrevista, 08/11/2024)

Sua chegada no terreno vem como uma sucessão de contingências. A maternidade, a insegurança habitacional, as lacunas de assistência pública e os laços familiares, produziram as condições para que ela ocupasse aquele espaço. Hoje, Jéssica não vive assentada em um barraco, mas sim em uma casa alugada junto com seu marido e filhos, próxima às duas ocupações tratadas aqui. Embora não seja ocupante, Jéssica é coordenadora da Cozinha Solidária do MTST e é referência na gestão comunitária da ocupação Em Busca de um Sonho.

1.3 Entre feridas e cuidados: experiências comuns de mulheres forjadas na adversidade

As histórias de Érika e Jéssica, embora singulares em suas trajetórias e formas de inserção nas ocupações, revelam um conjunto de experiências comuns que antecedem e atravessam suas chegadas aos territórios. Ambas compartilham infâncias marcadas pela pobreza, migração, instabilidade familiar e pela responsabilização precoce por tarefas de cuidado. Desde muito jovens, foram convocadas a assumir papéis maternos, atuando na criação de irmãos ou no amparo a figuras adultas fragilizadas, nos casos em questão, suas próprias mães, vítimas de ciclos prolongados de violência doméstica. Soma-se a isso o ingresso em trabalhos precários desde cedo e a experiência da maternidade em contextos de escassez. Neste trecho, proponho observar como essas marcas estruturais conformam as condições subjetivas, materiais e afetivas que antecedem a atuação dessas mulheres nas ocupações urbanas. Ao fazê-lo, pretende-se observar as motivações e fatores condicionantes que as trouxeram às atuais posições que ocupam e à luz das desigualdades que forjam, desde a infância, formas de resistência moldadas pelo cuidado e por experiências de sofrimento.

O aspecto da travessia migratória vivenciado por Jéssica e Érika durante a infância e juventude revela um elemento comum às trajetórias de sujeitos que vêm de contextos marcados pela escassez de recursos materiais e pela fragilidade de redes de apoio. Em ambos os casos, os deslocamentos ocorreram ainda na infância, conduzidos por figuras maternas que, diante de relações conjugais atravessadas pela violência e da ausência de condições mínimas para a reprodução da vida, assumiram a responsabilidade por organizar os rumos familiares. (PIEROBON, 2018)

Essas mudanças de estado, cidade ou bairro não se dão como escolhas plenamente livres, mas como respostas às situações de desamparo e instabilidade. Nesses contextos, a migração não se resume a um deslocamento geográfico, mas expressa desigualdades que incidem com particular intensidade sobre as mulheres racializadas e empobrecidas. Ribeiro (2016) propõe que a chamada “feminização das migrações” seja compreendida não apenas como um aumento da presença feminina nos fluxos migratórios, mas como um processo qualitativo que expressa contradições específicas da condição das mulheres pauperizadas. Ainda que a migração possa representar um certo ganho de autonomia frente ao controle familiar ou conjugal, ela também expõe essas mulheres a novas formas de superexploração e violência. As experiências das interlocutoras indicam que grande parte de seus deslocamentos, dos mais longos aos mais cotidianos, está relacionada à precariedade estrutural que as cerca, evidenciando como a mobilidade, nesses casos, é menos uma escolha e mais uma estratégia de sobrevivência diante da impossibilidade de permanecer.

Embora os deslocamentos vivenciados por Jéssica e Érika estejam relacionados à precariedade material e à busca por condições mínimas de sobrevivência, é preciso destacar que, em muitos momentos, a migração adquire um caráter forçado, marcado por episódios de violência e ruptura familiar. As trajetórias dessas mulheres revelam que não apenas a falta de moradia ou renda impulsionou suas mudanças, mas também a urgência de escapar de situações de agressão, negligência e risco iminente. A experiência da violência, seja física, sexual ou simbólica, atravessa suas histórias e frequentemente age como fator de saída compulsória dos espaços em que habitam.

É nesse contexto que a saída da mãe de Jéssica da casa onde vivia com as filhas resulta em uma desagregação familiar que a faz morar sozinha ainda adolescente, enquanto suas irmãs são levadas para um abrigo institucional. Da mesma forma, Érika relata ter deixado a casa da mãe e do padrasto após ser agredida, e posteriormente não poder viver com o pai pela possibilidade de sofrer abuso sexual dos outros homens que viviam com ele, o que a levou a trabalhar como empregada doméstica desde os doze anos de idade. Esses deslocamentos não

são apenas geográficos, mas também subjetivos: implicam rupturas profundas, reorganizações afetivas e a assunção precoce de responsabilidades adultas por parte de meninas ainda em processo de formação. Ao considerar esses episódios, torna-se evidente que a migração, em suas diversas formas, é também uma narrativa de fuga e resistência diante das múltiplas formas de violência que atingem essas mulheres desde a infância.

As histórias aqui tratadas se intersectam quando se observa a questão do trabalho de cuidado. Para Helena Hirata (2022) o cuidado pode ser definido como trabalho técnico e emocional (moldado por relações de gênero, raça e classe) que não baseia-se somente em uma atitude atenta, mas engloba uma série de atividades materiais e de relações que objetivam responder às necessidades alheias. O cuidado está intrinsecamente relacionado ao gênero, uma vez que é amplamente naturalizado como uma atribuição própria das mulheres. Durante as entrevistas, essa dimensão se mostrou presente, na medida em que muitas vezes tínhamos que pausar as entrevistas, por alguma demanda com os filhos ou com moradores que iam procurar Jéssica e Érika. Essas mulheres, assumem desde a infância tarefas, que pelo senso comum, são responsabilidade das mulheres, como o cuidado com os irmãos e tarefas domésticas. Quando adentram o mercado de trabalho informal também assumem trabalhos que são designados às mulheres, e que por terem esse caráter são subvalorizados, como caixa de supermercado, empregada doméstica e auxiliar em creches. Além do trabalho fora de casa, a vida dessas mulheres sempre pareceu estar permeada pela demanda com filhos e outros parentes, configurando uma rotina de “múltiplas jornadas”. (PERUCCHI; BEIRÃO, 2007)

A partir dos relatos das interlocutoras, o cuidado se configura como prática estruturante de suas vidas, tanto no âmbito familiar quanto no coletivo. É nesse entrelaçamento entre vulnerabilidade e agência, entre o sofrimento e a capacidade de resposta, que se conforma os caminhos que as conduziram às ocupações e, posteriormente, às posições de liderança que exercem. No capítulo seguinte procurei compreender como essas mulheres passaram a ocupar um lugar de autoridade nas ocupações, investigando os mecanismos de confiança, reconhecimento e respeito que delimitam seus percursos enquanto lideranças.

CAPÍTULO 2 - TORNANDO-SE LIDERANÇAS: CONEXÕES POLÍTICAS, CONFIANÇA E CUIDADO

Em geral, a liderança em ocupações urbanas não é algo institucionalizado nem reconhecido por meio de cargos formais. Trata-se de um espaço construído nas tensões cotidianas do território, em que a capacidade de agir politicamente, articular demandas e gerar confiança com a comunidade vai se consolidando aos poucos. A noção de liderança popular como prática relacional pode ser elucidada por em uma tradição teórica que busca compreender o poder e a política a partir das tramas do cotidiano (CERTEAU, 1994; OLIVIER DE SARDAN, 2005). Trata-se de uma autoridade que se afirma de modo relacional; legitimada nas práticas e nas mediações que se estabelecem com os moradores e com o entorno. (PINHO, 2020) Ao longo deste capítulo busco mostrar, através dos relatos e episódios de campo, como Jéssica e Érika adquiriram suas posições de liderança.

As reflexões de Pierre Bourdieu (2011) sobre os diferentes tipos de capital me ajudam a entender esse processo. As lideranças de Érika e Jéssica não se estruturam, inicialmente, a partir de um capital econômico ou cultural formal, mas sim de um capital social construído nas redes de solidariedade dentro da ocupação. A mobilização para resolução da fome das crianças, por exemplo, produz um sentimento de gratidão e confiança das famílias da ocupação. São essas relações de confiança, de cuidado mútuo e de disponibilidade constante que vão tecendo os fios do reconhecimento coletivo.

A maneira como Jéssica e Érika se tornam lideranças possui singularidades importantes. Jéssica, desde a adolescência, convive com a presença do movimento de luta por moradia em sua trajetória, influenciada diretamente por seu pai, que participou de outras ocupações e lhe apresentou desde cedo os sentidos políticos da luta pela terra urbana. Já Érika, por outro lado, reconhece o teor político do ato de ocupar apenas diante da urgência: quando não havia mais alternativa possível para sustentar a vida de sua família.

Apesar dessas particularidades, os caminhos de ambas se aproximam ao se inserirem em dinâmicas coletivas voltadas à produção de novas formas de vida. Enquanto na OEEM Érika atua como liderança central, na OEEM há um quadro de lideranças, no qual Jéssica é uma das principais referências. Ambas assumem responsabilidades diante da escassez, atuando na linha de frente das ocupações a partir da vivência de conflitos e da mobilização do cuidado como prática política.

2.1 Tornar-se liderança: a trajetória de Érika enquanto líder na OEBUM

Era comum ouvir de Érika, tanto nas entrevistas quanto nas atividades de campo, que nunca havia se envolvido com movimentos sociais ou ações políticas antes de morar na ocupação. No entanto, episódios observados em campo revelam outras camadas dessa trajetória. Em uma das segundas-feiras de distribuição de sopa, por exemplo, a presença de um candidato à vereança mostrou uma conexão anterior com ações de solidariedade. Em conversa descontraída com Érika, ela recordou de uma ação voluntária promovida pela mãe dela, em 2013, na Praça dos Pombos, chamado de “Sopão”. Como apontado por Vianna (2021), há política onde há disputa por vida, e ela se expressa em gestos, relações e formas de cuidado ordinárias.

Uma vez inserida na ocupação, sua aproximação com a vida coletiva se deu de forma gradual e fortemente marcada pela prática. Sua curiosidade a levou a acompanhar o então líder da época, no processo de construção dos barracos. Contava que, quando ele ia arrumar um cano ou montar um barraco, ela se mantinha por perto, observando cada movimento. Era um pouco avessa às tarefas de cozinha e se posicionava para aprender o ofício do manejo do território:

Quando o Marcelo ia arrumar um cano, eu tava atrás. Quando o Marcelo ia mexer num barraco, eu tava atrás. Ele mandava eu fazer o almoço, eu dizia: ‘manda outra pessoa’. (ÉRIKA, entrevista, 24/04/2024).

Apesar do evidente desinteresse, ainda era frequentemente designada a tarefas compreendidas como "de mulher". Com o tempo, foi convidada por duas mulheres que atuavam na coordenação, a integrar o núcleo responsável pelas doações. Seu primeiro contato com essa função ocorreu durante uma distribuição de brinquedos doados no Natal, mas Érika demonstrou pouco entusiasmo pela atribuição. A divisão sexual do trabalho, na qual ela não se reconhecia, gerou tensões com as outras coordenadoras. Um episódio marcante desse período foi o embate com uma das coordenadoras sobre a abertura de uma escolinha para crianças externas à ocupação. Érika se opôs, argumentando que mal havia recursos para as crianças do território. A discussão culminou na desistência do projeto e na saída das duas mulheres da ocupação, marcando uma virada na estrutura interna da ocupação.

Apesar do desejo de Érika por outras frentes de atuação, a construção da cozinha da ocupação se deu a partir de uma iniciativa elaborada por ela. Aos finais de semana, as crianças de um casal da ocupação, já que não tinham comido na escola, batiam em seu

barraco para pedir comida. Com isso começou a mobilizar outras mulheres da ocupação, com algumas doações e nas cozinhas de seus próprios barracos começaram a fazer almoço para essas crianças de forma coletiva. Conforme a ação ganhou proporção, em 2021 Érika começou a articular a construção da cozinha, que é hoje uma das suas principais frentes de atuação.

Em novembro de 2020, passou a integrar a coordenação de forma mais permanente. Desde então, atua em múltiplas frentes: articula contatos com doadores, organiza ações culturais, medeia conflitos internos e negocia espaços para novos moradores. Com o tempo, muitos dos antigos coordenadores se afastaram, e, durante a realização do meu trabalho de campo, Érika já somava cerca de um ano e meio como a única responsável geral da ocupação. Embora não estivesse sozinha — contava com o apoio de outras moradoras — era ela quem assumia a linha de frente da maioria das decisões.

A atuação de Érika na ocupação não se limita à gestão de tarefas. Durante as ações de segunda-feira, por exemplo, nas quais participei da preparação da sopa comunitária, era comum vê-la equilibrando múltiplas funções: coordenando a cozinha, acompanhando voluntários, acolhendo mães com crianças pequenas, negociando o uso de barracos vazios e cuidando do próprio neto. Em uma dessas ocasiões, observei uma conversa entre ela e uma voluntária e também ocupante da cozinha, em que discutiam técnicas de melhoria das moradias. Érika explicava como utilizar “bags”, grandes sacos industriais, para forrar partes da estrutura do barraco, de modo a protegê-lo da umidade. A fala foi proferida enquanto cortávamos legumes, e revelava não apenas o conhecimento técnico como se dá o processo de autoconstrução, mas também a forma como compartilha saberes com outras mulheres. Essa cena expressa uma liderança que se constrói menos pela retórica e mais pela ação partilhada, pela escuta e pela orientação no cotidiano.

Em outro dia, vi Érika mediando pequenos conflitos com cuidado e firmeza. Me mostrou, pelo celular, uma foto da lixeira da ocupação que, segundo combinado com uma moradora, deveria ter sido limpa no domingo — mas seguia suja na segunda-feira. Ela comentava que às vezes era preciso “medir as palavras” para cobrar responsabilidades, mas que não podia deixar de fazê-lo. Nesse gesto, percebi como a liderança exige dela um equilíbrio constante entre firmeza e diplomacia, entre afetividade e vigilância. Como lembrou Gabriela Moncau (2021), liderar em territórios populares é muitas vezes ser “ponte e escudo” — proteger, intermediar e sustentar.

Houve uma ocasião, em abril de 2024, em que Érika conseguiu uma visita guiada a Fazenda do Pinhal⁶ em São Carlos. Nesse dia, acompanhei a excursão realizando registros fotográficos da atividade. Uma média de 15 pessoas estavam presentes, em especial crianças e idosos. Achei interessante que a articulação de Érika deu oportunidade à algumas pessoas da ocupação de conhecer outro espaço, de ter um dia diferente. Tal ação se configura como prática política, afinal, como bem coloca Milton Santos (2002), o direito à cidade não se resume ao acesso à moradia, mas à possibilidade de viver experiências urbanas que garantam dignidade e pertencimento.

Sua autoridade, portanto, se produz em um tipo de política relacional e moral, sustentada por uma rede de ações miúdas: decidir quem terá acesso a barracos vazios, cobrar a limpeza de espaços comuns, organizar a escala de doações, avaliar quem pode representar o coletivo diante de uma instituição externa. Certa vez, ouvi uma moradora afirmar que Érika era "quem podia dar advertência" em caso de conflitos, como os que envolviam sujeira deixada por animais. Em outra ocasião, foi Érika quem articulou a reorganização do conselho informal da ocupação, composto por moradores que se reúnem quinzenalmente para discutir estratégias de organização e uso coletivo do espaço.

Tais práticas evidenciam o que Machado da Silva (2002) descreve como formas de autoridade que emergem da convivência cotidiana e da capacidade de mediação situada. Segundo o autor, a autoridade nas favelas e periferias urbanas não se assenta sobre um poder institucionalizado, mas sobre a legitimidade construída a partir da confiança da vizinhança e da capacidade de organizar recursos e conflitos no interior de uma sociabilidade densa e local. Assim, o exercício do poder por Érika não se dá por imposição, mas por seu reconhecimento como figura mediadora, articuladora de pactos e garantidora da ordem coletiva em um espaço marcado pela informalidade.

A sobrecarga que recai sobre Érika não é apenas física, mas também emocional. Em diversas conversas, ela mencionou o afastamento de figuras que antes a apoiaram na liderança, como Marta e Rosa. Tive contatos próximos com essas duas mulheres, cheguei a tomar um café com bolo no barraco de Marta e conversei bastante com Rosa, de quem comprei alguns tapetes de malha que ela confecciona para complementar a renda. Esta última, inclusive, chegou a assumir as chaves da cozinha voluntária por um período, mas, segundo Érika, não manteve o espaço em condições adequadas. Em um desabafo, ela expressou

⁶ A Fazenda do Pinhal (antiga fazenda do Conde do Pinhal) é um complexo rural histórico que funciona como um museu aberto a visitas guiadas. Tombada à nível nacional pelo IPHAN em 1987, ocupa cerca de 45 hectares e preserva estruturas originais. Ver mais em: <https://www.fazendadopinhal.com.br/> Acesso em: 5 jun. de 2025

frustração por ter confiado as tarefas a outras pessoas e, ao retornar à cozinha, encontrar louça suja e roupas para doação desaparecidas: "Essa semana entreguei a chave justamente para não ficar sobrecarregada, e o resultado foi o contrário." me contou, nas minhas primeiras visitas à ocupação.

Mesmo diante desses desgastes, Érika segue sendo a referência para a maioria dos moradores. Em um momento que me chamou atenção, durante o feitiço da sopa, uma das vizinhas comentou que a filha havia voltado da escola apenas para "comer a sopa da Érika". A comida servida ali carrega mais que nutrição: é expressão de vínculo, de reconhecimento e de cuidado. Como argumenta Federici (2019), o trabalho do cuidado, quando realizado coletivamente e fora da lógica do capital, se torna potencialmente subversivo — uma prática de reprodução social que organiza, nutre e sustenta comunidades.

O reconhecimento da comunidade veio também por meio de uma votação coletiva, realizada após uma tentativa de destituição por parte de uma moradora com quem se desentendeu. Com apoio do vereador Djalma Nery (PSOL), Érika convocou os moradores e foi mantida como liderança com ampla maioria. "Quase todo mundo levantou a mão", contou. Seu lugar na ocupação, portanto, não se legitima por um título, mas pela constância nas mediações e pela capacidade de estar presente, mesmo diante do cansaço e da precariedade.

Esse episódio, revela como o reconhecimento da liderança não é algo estático. Tornar-se liderança envolve negociações, alianças e embates. Embora tenha havido uma votação simbólica para determinação de Érika enquanto liderança, é no fazer cotidiano que essa liderança se consolida. Isso dialoga diretamente com as análises de Zibechi (2011) sobre movimentos autônomos na América Latina, que destacam como as lideranças surgem mais pela prática e pela confiança construída do que por formalizações institucionais.

2.2 Tornar-se liderança: a trajetória de Jéssica enquanto liderança na OEBUS

A família de Jéssica foi uma das primeiras a ocupar a OEBUS. Diferentemente da ocupação Em Busca de uma Moradia, a Em Busca de um Sonho apresenta desde sua origem uma articulação política mais consolidada. Enquanto na primeira observei a presença pontual de partidos como o PSOL e o PCB, por meio da realização de rodas de conversa e eventos culturais, a segunda possui uma vinculação direta com o Movimento dos Trabalhadores sem Teto, o que lhe confere maior institucionalização e capacidade de articulação política, embora incline o movimento para a agenda da organização. Essa estruturação está relacionada ao fato de a ocupação ser fruto direto da experiência anterior da ocupação Sundermann e ao ingresso

posterior do MTST, que reorganiza o espaço a partir de uma lógica nacional de luta por moradia (BREDA, 2023).

Algum tempo após ocupar seu barraco, Jéssica enfrentou uma tentativa de remoção do Conselho Tutelar. Segundo ela, o histórico de sua família pesava contra sua permanência ali: em razão do passado de suas irmãs no abrigo, acreditava que sua família já era “marcada” pela instituição. Durante uma visita, os agentes afirmaram que, caso não deixasse o barraco, sua filha recém-nascida poderia ser levada, sob a justificativa de que Jéssica receberia um “auxílio” para pagar o aluguel. Sua resposta foi firme: só sairia dali se todas as famílias fossem removidas nas mesmas condições que estavam sendo oferecidas a ela. Essa postura foi acompanhada pela liderança local da época, que viu a movimentação na porta do barraco e reconheceu na postura de Jéssica uma ação de liderança. Nas palavras dela:

A mulher falou assim: 'Jéssica, se você não sair daqui dos barracos, eu vou ter que levar a sua filha.' que era a Júlia. E aí eu falei assim, eu só saio daqui se você tirar as três famílias. Foi aí que o Pedro viu eu conversando com a mulher e falou assim: 'Jéssica, você tem um espírito de liderança, vamos para a coordenação comigo?'. Aí eu peguei e falei assim: 'o que é isso daí?'. Quando eu fui ver, eu já estava dentro, quando eu queria sair... Quando eu queria sair, eu já estava mais dentro do que fora." (JÉSSICA, entrevista, 12 /04/2024)

Desde esse episódio, ocorrido em 2015, ela compõe o quadro de lideranças na OEBUS. Jéssica disse que sempre foi a pessoa que tomava frente nas demandas familiares. Na ocupação não é diferente; nas vezes em que estive presente na Cozinha Solidária, presenciava pessoas a procurando para solicitar todo tipo de ajuda: desde dúvidas com celular, pedidos de doação, informações sobre a Unidade de Saúde da Família (USF) da região, intermediação de conflitos familiares até representação política da comunidade no processo de Regularização Fundiária com a prefeitura. A atuação com os moradores e o envolvimento com o MTST se tornarão seu campo de formação política.

As leituras de Maria da Glória Gohn (2011), oferecem suporte para entender esse fenômeno. Gohn aponta que, nos movimentos sociais, a liderança não se constitui apenas pela competência técnica ou pela capacidade de falar bem, mas, principalmente, pela capacidade de articular, mediar e construir consensos em meio às divergências. E isso exige um tipo de habilidade que, muitas vezes, nasce do próprio enfrentamento das dificuldades cotidianas.

Essa atuação, no entanto, não se deu sem tensões. Jéssica enfrentou resistência familiar, principalmente de seu marido, que se incomoda com sua dedicação intensa na ocupação. Na primeira entrevista que realizei com Jéssica, no espaço da Cozinha Solidária, a

conversa foi interrompida quando seu marido passou de carro enraivecido com Jéssica, que supostamente deveria ter ido buscar sua filha na escola. Lembro-me de ele dizer que também trabalhava e nem por isso “esquecia” a filha na escola. Esse fato, mostra que mesmo estando em uma posição de respeito em relação à ocupação, as opressões de gênero ainda prevalecem.

A Cozinha Solidária, inaugurada em 1º de junho de 2022, tornou-se o centro de atuação de Jéssica na ocupação. O espaço recebe uma verba do movimento, para suprimentos e pagamento de um salário às coordenadoras, que também atuam como cozinheiras, mas também se dá pela articulação de redes de apoio locais, onde é servido almoço gratuito de segunda à sexta para a comunidade. (MTST, 2023) É ali que ela vê materializar o seu compromisso com a coletividade e sua história pessoal. Segundo ela, o espaço é “aberto para todas as pessoas”, independentemente de morarem ou não na ocupação. Trata-se de um espaço, como ela define, de acolhimento.

Sempre que a abordei, referindo-me a ela como liderança, Jéssica insistia em dizer que não atua de forma isolada. Para ela, a ocupação é gerida por um corpo coletivo, composto majoritariamente por mulheres.

Então, é uma responsabilidade muito grande para a gente, né? Para nós, mulheres... porque o engajamento maior que a gente tem aqui dentro dessa ocupação de 100%, 80% é das mulheres, né? São mães que têm filhos, né? (JÉSSICA, entrevista, 12/04/2024)

Apesar de citar moradoras que atuam voluntariamente na ocupação, admite que, na prática, o núcleo mais ativo se reduz a ela e Patrícia, sobre as quais recaem as tarefas cotidianas de liderança, alimentação e mediação de conflitos. A sobrecarga, diz, é tanto física quanto emocional. Além de cozinhar e organizar a cozinha, essas mulheres cuidam dos filhos, enfrentam conflitos domésticos com os parceiros e ainda se responsabilizam por múltiplas tarefas na ocupação, da limpeza dos lotes à mediação de conflitos internos.

Muitas das histórias contadas por Jéssica eram atravessadas por memórias de fome, assim como nos relatos de Érica. Relembra que, durante a infância e adolescência, enfrentava situações de fome críticas. Deixava de comer para garantir a refeição das irmãs mais novas e, recorrentemente, quando questionada por seu marido, mentia que já havia comido. Relata, que no início do namoro, ele começou a perceber a sua fome e passou a levar marmitas para ela.

Meu marido morava com o pai dele, começou a fazer sopa e levava pra mim. Fazia marmitinha de comida e levava pra mim. E aí, tinha uma senhora que eu nunca vou

me esquecer disso, uma vez ela chegou lá na casa da minha mãe, ela me dava estudo bíblico, escutou minha barriga roncando. E perguntava: você tá com fome? Eu falava que não, mas tava. Na minha mãe, não tinha nada o que comer. Eu subia o morro pra pedir comida. Já na feira, esperava acabar e pedia os restos: banana, fruta, bolo. Imagina quando eu chegava com aquilo pra minhas irmãs. Eu nunca vou esquecer das minhas raízes. De abrir a geladeira e não ter o que comer, de ver minha mãe passando necessidade." (JÉSSICA, entrevista, 08/11/2024)

Essas memórias perpassam recorrentemente os discursos de Jéssica. A memória da fome parece acender um senso de compaixão muito vivos na fala da interlocutora. A intenção de que os seus não passem pela dor da fome, é para Jéssica um dos principais motores de sua ação como coordenadora da Cozinha Solidária.

Assim como Érika, Jéssica também assume tarefas da coordenação na OEBUS como distribuição de doações, informes à comunidade, representação da comunidade frente às instituições, dentre outras tarefas. Gohn (2011) também reforça esse entendimento ao afirmar que a liderança nos movimentos sociais não se reduz à capacidade de representar, mas está profundamente ancorada na habilidade de articular, de construir pontes e de viabilizar processos coletivos. Nesse sentido, ser liderança é, muitas vezes, ser ponte — entre as demandas da base e as possibilidades institucionais, entre os desejos individuais e os interesses coletivos, entre o dentro e o fora do movimento.

Essa disposição em transformar a própria dor em ação coletiva é central para compreender o tipo de liderança exercida por Jéssica. Ao lado de outras mulheres da ocupação e com o apoio de profissionais parceiros, como os professores da UFSCar, ela ajuda a organizar rodas de conversa voltadas à saúde física, mental e sexual das mulheres da comunidade. As atividades incluem oficinas, discussões de temas relacionados à saúde da mulher, oficinas de crochê, atividades na horta comunitária e ainda também era um espaço de comemoração onde pude presenciar uma Chá-revelação e a comemoração do aniversário da professora parceira. Escutei em diversos momentos que esses encontros funcionam como “respiro” para quem, como ela, vive a sobrecarga cotidiana do cuidado — com os filhos, com os companheiros, com a ocupação e com a própria sobrevivência. Essa atividade também foi a minha principal ponte com a OEBUS, foi no acompanhamento da roda que me aproximei das mulheres da ocupação e principalmente de Jéssica e da professora, coordenadora do projeto da roda, que me ofereceu carona em grande parte das atividades em que estive presente.

Para Jéssica, esses espaços de escuta e partilha criaram vínculos fortes entre as moradoras e possibilitaram reorganizações internas até mesmo na dinâmica da coordenação. Ela afirma que “todo mundo já precisou de ajuda um dia”, e que essa memória comum da dor é o que sustenta a solidariedade entre as mulheres da ocupação. O cuidado assume, nesse

contexto, uma dimensão política e estratégica: é através dele que se constroem alianças, se enfrentam conflitos e se mantêm as estruturas mínimas de convivência no território. Tal compreensão dialoga com a perspectiva de Joan Tronto (1993), que argumenta que o cuidado não deve ser visto apenas como uma prática privada ou doméstica, mas sim como uma ação profundamente política, fundamental para a manutenção da vida em comum e para a organização de sociedades mais justas.

2.3 Entre permanências e deslocamentos: os desafios de construir vínculos

Ao longo deste percurso etnográfico, uma das questões que mais me atravessou foi entender como se constroem os vínculos de confiança e pertencimento dentro do território, especialmente considerando trajetórias marcadas por deslocamentos, migrações e reinícios constantes. As histórias de Jéssica e Érika refletem isso de forma bastante contundente. Érika, por exemplo, viveu por alguns anos fora da cidade, enfrentou diferentes realidades e, ao retornar, precisou, de certa forma, “recomeçar” sua inserção social, agora a partir da ocupação.

Durante as conversas no campo, percebi que não se trata apenas de ocupar um espaço físico, mas de construir, diariamente, um espaço simbólico, afetivo e político. Como afirma Magnani (2002), nas tramas do viver urbano, os sujeitos constroem sociabilidades que são atravessadas pela necessidade de pertencimento e de reconhecimento, especialmente em contextos de marginalização social.

Érika, por exemplo, relatou mais de uma vez que se sentiu desconfiada e, ao mesmo tempo, vigiada no início da sua participação mais ativa na ocupação. Segundo ela:

Ninguém chega aqui e já vira liderança, não. As pessoas ficam te observando, vendo se você realmente está disposto a ajudar, se vai arregar na primeira dificuldade. (Érika, entrevista, 24/04/2024)

E, de fato, como pude observar nas diversas atividades — desde os almoços de domingo até o preparo da sopa —, o reconhecimento vem muito mais pelo fazer do que pelo dizer.

Esses processos de construção de vínculos são profundamente marcados pelas lógicas da reciprocidade e da solidariedade, que, como aponta Sawaia (1999), funcionam como dispositivos fundamentais de resistência nas comunidades periféricas. Não é raro ouvir falas como “a gente aqui se vira junto” ou “se não for um ajudar o outro, ninguém ajuda”. Essa

ética comunitária também se traduz nas práticas de cuidado coletivo, nas cozinhas comunitárias, nas hortas comunitárias, nos espaços construídos para o lazer para as crianças e até mesmo nas assembleias onde se tomam decisões importantes.

Por outro lado, também presenciei como os deslocamentos — sejam eles geográficos ou subjetivos — geram tensões e desafios. As ausências prolongadas de algumas pessoas, como foi o caso de uma aliada de Érika na coordenação, que se afastou das atividades da ocupação devido a questões pessoais e familiares, impactam diretamente a dinâmica do coletivo. Érika comentava com certo desabafo que se sente, muitas vezes, sobrecarregada, não só pela quantidade de tarefas, mas pela dificuldade de confiar que outros possam assumir responsabilidades sem que ela precise estar o tempo todo supervisionando.

Essa tensão entre o desejo de delegar e a necessidade de controlar não é uma característica individual, mas sim um reflexo das condições de vulnerabilidade e precariedade em que se encontram muitos desses territórios. Nos contextos de resistência popular, as relações de confiança são, ao mesmo tempo, essenciais e frágeis, pois estão constantemente atravessadas por experiências anteriores de traições, promessas não cumpridas e políticas públicas que muitas vezes fracassaram em atender suas demandas.

Meu próprio lugar enquanto pesquisadora também foi, em vários momentos, atravessado por essas dinâmicas. Não foram poucas as vezes em que me questioneei se minha presença era vista como legítima, como apoio, ou se havia desconfiança sobre minhas intenções. Esse é um dos desafios da pesquisa etnográfica, como bem coloca Peirano (2008): o etnógrafo nunca é um observador neutro; ele está implicado, é percebido, e sua presença transforma, ainda que sutilmente, o campo.

Portanto, entre permanências e deslocamentos, o que sustenta esses territórios é, em grande medida, a construção diária de redes de afeto, de trabalho coletivo e de resistência. Redes que não estão livres de conflitos, desencontros e tensões, mas que, justamente por serem tão humanas, constituem a potência da vida comunitária e da luta por direitos e dignidade.

Percorrer o caminho etnográfico neste campo de pesquisa me permitiu entender que os processos de se tornar liderança em territórios como as ocupações urbanas estão profundamente atravessados por dinâmicas de cuidado, reconhecimento, mediação e resistência. Mais do que um cargo ou um título formal, a liderança surge do cotidiano, do envolvimento prático e afetivo nas ações que sustentam o território, sejam elas a organização de uma cozinha solidária, o cuidado com a horta, a mediação de conflitos, ou a busca constante por doações e parcerias.

2.4 O cuidado como fundamento da autoridade

No contexto das ocupações urbanas, as lideranças femininas não se firmam sobre títulos formais, cargos políticos ou qualquer forma de institucionalização prévia. A confiança e respeito atribuído a elas, é construído nas práticas cotidianas, das ações que conduzem a reprodução da vida naquele espaço. Tanto Jéssica quanto Érika compartilham esse lugar de liderança que surge do fazer concreto e da capacidade de responder às demandas da coletividade. Trata-se de uma autoridade que não é imposta de cima para baixo, mas que é continuamente negociada, reconhecida e reafirmada nas interações diárias. Essas mulheres não apenas “coordenam” ou “organizam” — elas cuidam, escutam, mediam, sustentam, alimentam. É nesse campo de relações que se edifica o reconhecimento de sua posição de liderança.

A atuação dessas mulheres, atravessada pelo cuidado, desafia a cisão entre o público e o privado revela o quanto a reprodução da vida, torna-se um elemento central da política que se faz nas ocupações. (SILVESTRE, 2020). Em suas práticas, o cuidado não é um ato solitário, mas um trabalho coletivo e de construção de vínculos. Na OEBUM, Érika assume desde tarefas ligadas à manutenção da vida cotidiana na ocupação como distribuição de doações e organização dos conselhos de moradores da ocupação, até a representação do movimento com entidades do poder público, negociando ações a serem realizadas no território. A autoridade, aqui, não é coercitiva; é relacional, sustentada pelo respeito conquistado na convivência, pela memória acumulada de ações concretas que respondem a situações extraordinárias. (BIRMAN; PIEROBON, 2018) Trata-se de um tipo de poder que se desenvolve nos interstícios da vida comum, a partir da capacidade de garantir o mínimo de ordem e segurança em contextos marcados por pouca ou nenhuma intervenção do Estado e pela precariedade.

Jéssica, por sua vez, assume um papel semelhante na OEBUS, mas em um contexto em que o MTST oferece maior estrutura e visibilidade ao movimento. Ainda assim, sua liderança se ergue a partir do mesmo lugar: a prática cotidiana do cuidado. Nas rodas que participei, era comum ouvir outros moradores se referindo a ela como “a que ajuda todo mundo”, “a que corre atrás das coisas” ou a que “já matou muito minha fome”.

Essa forma de reconhecimento está enraizada na presença constante e na disposição para escuta, mas também na firmeza com que ela conduz os combinados coletivos e intervém nas situações de conflito. Sua presença ativa na cozinha, a atenção com a divisão de tarefas e o cuidado com o bem-estar dos moradores faz com que seu nome circule com respeito entre

aqueles que compartilham a vida cotidiana no território. Assim como no caso de Érika, sua autoridade está ancorada em um fazer que é ao mesmo tempo político e afetivo, operativo e simbólico, e que traduz com nitidez o enraizamento da política no campo do cuidado.

É pertinente destacar que esse tipo de liderança não é livre de entraves. Assumir o lugar de liderança pelo cuidado significa, muitas vezes, incorporar uma responsabilização pelas dores e conflitos da comunidade. Como discute Silvia Federici (2019), o cuidado não deve ser romantizado como uma prática exclusivamente benéfica ou espontânea – ele é, antes de tudo, um trabalho. Nas ocupações, cuidar é também gerir crises, lidar com a fome, conter conflitos, suportar frustrações. A liderança feminina, ancorada no cuidado, carrega em si uma dimensão ambivalente: por um lado, é reconhecida como central e indispensável para a vida em comum; por outro, é constantemente atravessada pelas expectativas de abnegação e pela naturalização da responsabilidade feminina sobre a coletividade.

Ainda assim, é justamente nesse terreno de ambivalência que essas mulheres constroem novas formas de poder. Em suas práticas, Jéssica e Érika subvertem a lógica tradicional do trabalho doméstico, deslocando-o do interior da casa para o espaço coletivo da ocupação, onde ganha centralidade estratégica. (HELENE, 2019)

Esse tipo de liderança, entretanto, não se traduz necessariamente em prestígio. Não há garantias de reconhecimento, tampouco de permanência nesse lugar. As lideranças femininas estão continuamente expostas ao desgaste emocional, aos julgamentos da comunidade, às disputas internas e à vigilância pública. Esse fato dialoga com os apontamentos de Sawaia (2009), que destaca como o sofrimento ético-político atravessa os sujeitos que estão na linha de frente das lutas sociais. São sujeitos que, ao mesmo tempo em que constroem possibilidades de transformação, também carregam as dores de um sistema que os marginaliza.

Apesar disso, é notável como elas persistem. Sustentam-se pela esperança, pela solidariedade entre mulheres, pela urgência de manter de pé uma estrutura mínima diante do abandono. (MONCAU, 2021). E é nesse campo de forças, entre a escassez e a potência, que Jéssica e Érika encarnam um modo singular de fazer política, enraizado no cuidado, na partilha e na construção cotidiana de vínculos.

Os casos de Érika e Jéssica, evidenciam como o trabalho político nas periferias não está dissociado das práticas de sobrevivência. Assim como relatado por outros autores que pesquisaram contextos semelhantes, como Magnani (2002) e Silva (2020), a atuação das lideranças comunitárias se constrói a partir de um fazer coletivo, onde as fronteiras entre o pessoal, o político e o comunitário são constantemente atravessadas.

Através das experiências no campo, ficou evidente que a construção das lideranças se dá por meio das redes de confiança, das mediações constantes e do respeito construído no dia a dia. Como nos mostra Geertz (1989), é nas camadas mais profundas das interações sociais que se revelam os significados que sustentam a organização da vida em comunidade.

Por outro lado, essa trajetória revelou os muitos desafios da própria prática etnográfica. O tempo, as emoções, as relações de afeto e os limites éticos se colocaram o tempo todo como elementos que atravessam o fazer científico. Entre o desejo de “pesquisar” e a demanda constante por “fazer junto”, aprendi que a pesquisa etnográfica em territórios populares não se limita a uma coleta de dados, mas é, sobretudo, um processo de troca, de implicação e de construção conjunta de saberes.

Este capítulo, portanto, revela que o tornar-se liderança não é um caminho linear, muito menos fruto de vocações naturais. É, antes de tudo, fruto da necessidade, da articulação política, do cuidado mútuo e da luta constante por dignidade e reconhecimento. E, do mesmo modo, o fazer etnográfico nesses contextos exige do pesquisador não apenas ferramentas teóricas e metodológicas, mas também sensibilidade, escuta atenta e disposição para se afetar e se transformar no processo.

CAPÍTULO 3 - AS COZINHAS COMUNITÁRIAS E A MANUTENÇÃO DA LIDERANÇA: ALIMENTAÇÃO, CUIDADO E PODER

Em um território atravessado pela insegurança alimentar, a capacidade de garantir o alimento cotidiano não é apenas uma tarefa prática; torna-se um ato político que confere reconhecimento. Por tal motivo, não é surpresa que figuras como Jéssica e Érika concentrem tamanha confiança dentro das ocupações que ajudam a gerir. A ação de alimentar, ali, assume um peso simbólico.

As cozinhas comunitárias, tanto da OEBUM quanto da OEBUS, ao longo do campo, se consolidaram como os principais pontos de observação de minha pesquisa. Foi nesses espaços que pude participar de rodas de conversa, feitiço e distribuição de refeições, manutenção da horta e comemorações de datas celebrativas. Na OEBUM, participei do feitiço de refeições, em almoços comunitários de domingo e nas sopas distribuídas às segundas-feiras. Já na OEBUS, minha inserção ocorreu sobretudo durante as rodas de conversa das mulheres, realizadas no espaço da Cozinha Solidária, com presença pontual nas distribuições de comida. Em ambos os casos, porém, a cozinha apareceu como muito mais que um lugar de preparo de alimentos: ela era espaço de articulação, mediação, decisão e cuidado.

Helena Silvestre (2020), ao refletir sobre a luta por moradia, afirma que as mulheres, como mais interessadas na sobrevivência de seus entes, não apenas são maioria nas ocupações, mas também na condução de atividades da ocupação. Segundo ela, a cozinha reivindica um lugar central nessa "gramática feminista de organização" que sustenta os territórios insurgentes. É nela que pulsa o que Silvestre chama de "coração da ocupação": um lugar onde o cuidado é reorganizado como prática coletiva, e não como obrigação silenciosa ou ato individualizado. Em vez de reprodução da lógica doméstica, temos aqui a reinvenção do cuidado como prática política.

É a partir dessa perspectiva, que se compreende a centralidade do trabalho feminino na condução desses espaços. A atribuição histórica do trabalho de cuidado às mulheres, é ressignificada como instrumento de ação política. Nas cozinhas da OEBUM e OEBUS o poder das mulheres se traduz na habilidade de organizar o preparo coletivo da comida e, simultaneamente, manter em funcionamento a rede de apoio que configura as dinâmicas das ocupações.

Neste capítulo, busco explorar como o ato de nutrir, entendido como trabalho de alimentar, torna-se um elemento central na manutenção da liderança feminina nas ocupações

urbanas. Para além da compreensão de como essas mulheres tornaram-se lideranças, trata-se agora de entender como elas permanecem como tais; o que realizam no cotidiano, para manter a confiança da comunidade.

3.1 As cozinhas como núcleo da vida coletiva

Gabriela Moncau (2021) chama atenção para a dupla dimensão do trabalho de cuidado realizado nas ocupações; a preocupação das mulheres em alimentar os próprios filhos se amplia para a preocupação em alimentar todo coletivo. A partir disso mostra como as cozinhas representam a síntese disso, sendo o trabalho realizado nelas o mais essencial para a sustentação da luta. Larissa Viana (2021) ao acompanhar a formação da ocupação Jardim do Itajaí em São Paulo, chama a atenção as cozinhas, como primeiras construções e prioridades na realização das ocupações, tendo como objetivo não só a distribuição de alimentos como também a criação de um espaço para reuniões e deliberações de lutas.

A cozinha comunitária da OEBUM se organiza em uma área que remete ao espaço de um quintal. Sua estrutura, feita com materiais semelhantes aos dos barracos, depende de ligações improvisadas de água e luz feitas pelos próprios moradores. Erguida por vigas de madeira e envolta por placas de *tetra pack*, essa foi a primeira cozinha em que estive presente, sendo ela localizada em uma das vias de acesso ao interior da ocupação. Dentro da cozinha há uma espécie de “quartinho” com chave e cadeado para armazenar alimentos doados, além de duas pias e um fogão à lenha.

A Cozinha Solidária do MTST localizada na OEBUS, ao contrário da cozinha comunitária da OEBUM, possui mais estrutura e recursos recebidos diretamente do movimento. Antes de ser acometida por um incêndio no dia 08 de outubro de 2024, se estendia por uma área mais ampla. No interior da cozinha, assim como na OEBUM, havia um cômodo para armazenar alimentos, duas pias e um fogão industrial. Sua estrutura era de madeira e telhas de *tetra pack*, ao lado direito havia um barraco que comportava uma brinquedoteca, onde as crianças ficavam enquanto as mães participavam das Rodas de Conversa de Mulheres e do lado esquerdo havia uma horta comunitária. Antes da entrada da cozinha, havia um espaço que era uma espécie de varanda.



Figura 4 – Cozinha comunitária da OEBUM, junho de 2025. Fonte: acervo pessoal.



Figura 5 - Inauguração da Cozinha Solidária do MTST na OEBUS. Fonte: Acervo de Natália Salim, cedido à autora, junho de 2022.

Apesar de distintas em escalas e estrutura, ambas as cozinhas operam como núcleos de sociabilidade e organização da vida coletiva. Na OEBUS, o almoço era oferecido de segunda à sexta-feira, sendo preparado principalmente por Jéssica e Patrícia, que compõe a coordenação local. Já na OEBUM, os almoços comunitários eram realizados aos domingos, a partir da articulação de Érika com doadores externos e colaboração de outras moradoras. Também eram promovidas oficinas de pães e bolos, coordenadas por Érika, que mobilizava conhecimentos locais e fortaleciam vínculos entre as mulheres da ocupação.

O espaço das cozinhas, funcionava de fato como centro político das ocupações. Sempre que eu chegava em alguma das ocupações e perguntava pelas lideranças, Érika ou Jéssica, as pessoas me direcionaram para as cozinhas. O espaço das duas cozinhas aqui analisadas além do preparo e distribuição de refeições, sediam as reuniões dos movimentos, formações políticas, atividades promovidas por projetos da faculdade, como o da horta comunitária e da roda de mulheres, datas celebrativas e assembleias, sendo também a área onde as crianças brincam.

A centralidade das cozinhas na vida comunitária das ocupações ficou ainda mais clara quando a Cozinha Solidária do MTST, na OEBUS foi atingida por um incêndio no dia 08 de outubro de 2024, um dia após minha última participação na Roda de Mulheres. O fogo destruiu toda a estrutura da cozinha, utensílios, mantimentos, brinquedoteca e horta. A perda não foi somente material, mas também simbólica. A cozinha funcionava como centro de organização, espaço de encontro e lugar de afeto, e sua destruição atingiu diretamente a estrutura de sustentação da ocupação.



Figura 6 - Área do incêndio que acometeu a Cozinha Solidária do MTST, outubro de 2024. Fonte: acervo pessoal.



Figura 7 - Área do incêndio que acometeu a Cozinha Solidária do MTST, outubro de 2024. Fonte: acervo pessoal.

O episódio ocorreu apenas dois dias após a eleição de Fernanda Castellano (PSOL), como vereadora de São Carlos, candidatura que contou com apoio ativo de Jéssica e Patrícia,

que trabalharam em todo período da campanha. No dia em que o incêndio ocorreu fui até a OEBUS, e notei que a movimentação já começava: figuras políticas como a vereadora recém-eleita, entidades estudantis e representantes de partidos políticos estavam no local fazendo vídeos solicitando doações e pedindo apoio de voluntários, a serem postados em redes sociais. Na semana do ocorrido estive presente quase todos os dias na ocupação e observava a mobilização para a reconstrução: mutirões de limpeza foram organizados aos fins de semana, arquitetos que somavam com MTST se reuniram para pensar em uma nova estrutura, Patricia anotava em um caderno, os utensílios que necessitavam ser repostos.



Figura 8 - Moradores e voluntários em mutirão de limpeza e reconstrução da área acometida pelo incêndio. Fonte: acervo pessoal.

Nesses dias após o incêndio, ouvi de uma voluntária, que havia uma preocupação imediata em descartar os restos de comida queimados, pelo motivo de pessoas da vizinhança estarem procurando escombros de algo que ainda pudesse ser aproveitado. Tal relato revela a realidade do contexto de fome vivido no território e evidencia como a cozinha não era apenas o espaço de preparo de alimentos, mas um local de contenção da miséria presente no espaço.

Apesar da movimentação para a reconstrução da cozinha, a dor atravessava tudo. Jéssica, principalmente, vivia uma série de perdas. Na mesma semana, havia perdido seu sobrinho recém nascido, e durante uma conversa que acompanhei junto com a professora da enfermagem para prestar apoio, ela desabafava: “Meu pai morreu, o meu sobrinho morreu, a cozinha que dei tudo de mim morreu. As pessoas me dizem: ‘Você é forte!’ Eu não quero mais

ser forte!”. Apesar de todo o sofrimento eu a via sempre preocupada com como as pessoas fariam para comer sem a distribuição de almoço na cozinha.

Incêndio destrói cozinha solidária do MTST que dava comida para 200 pessoas diariamente em São Carlos

Causas do incêndio são desconhecidas. Campanha será feita para reconstrução do espaço.

Por g1 São Carlos e Araraquara*

08/10/2024 18h39 · Atualizado há 8 meses



Incêndio destruiu completamente uma cozinha solidária em São Carlos — Foto: Bruno Moraes/acidadeon

Figura 9 - Print da matéria do G1 no dia do incêndio na cozinha, 08 de outubro de 2024.

A fala de Jéssica mostra a sobrecarga emocional que recaem sobre mulheres que sustentam a luta cotidiana. A destruição da cozinha é apenas mais um dos riscos iminentes que perpassam as ocupações. Como afirma Helena Silvestre (2020), a capacidade de continuar em um contexto onde isso parece impossível, é a maior expressão de radicalidade e resistência. Aqui fica visível mais uma vez, que a liderança de Jéssica não é forjada apenas na retórica, mas na prática da reconstrução. Mesmo em meio à exaustão, ela articula redes de solidariedade, coordenava esforços e aos poucos retomava sua força. Essa é uma modalidade de poder que não é impositiva: se desenrola no acúmulo dos dias e no compromisso com o coletivo. A persistência de Jéssica, mesmo em meio à dor, mobilizou também o entorno – inclusive membros da OEBUM, inclusive Érika se fizeram presentes na reconstrução da cozinha, reforçando laços de solidariedade entre as ocupações.

A presença de Érika nos mutirões de reconstrução da cozinha da OEBUS também foi mencionada por voluntários, que chamaram atenção por sua disposição em apoiar, mesmo enfrentando dificuldades em sua própria ocupação. A tragédia, ao ganhar visibilidade pública, redirecionou a obtenção de recursos de entidades doadoras que antes colaboraram com a OEBUM, afetando diretamente a rotina coordenada por ela. Em conversas, Érika afirmou que apesar das tentativas de contato, era informada que os insumos estavam sendo priorizados para outra ocupação. Sua atuação revela não apenas sua preocupação com a insegurança alimentar de sua ocupação, mas a capacidade de articulação em meio à adversidade. (HIRATA, 2010)

Cinco meses depois, em março de 2025, a cozinha foi reinaugurada. A reconstrução contou com a articulação do MTST, apoio de entidades estudantis da UFSCar e USP, de ocupantes e voluntários. O retorno da Cozinha Solidária não se restabeleceu apenas materialmente, mas também como representação de um trabalho de várias mãos que reconstituiu o coração da luta.



Figura 10 - Cozinha Solidária do MTST na OEBUS após a reconstrução, junho de 2025. Fonte: Acervo pessoal.

Esse ocorrido mostra, portanto, que a cozinha não se restringe ao preparo de alimentos, mas se ergue enquanto espaço de resistência, memória, dor mas também de reconstrução e poder. Sua destruição e rápida reconstrução, inscrevem uma autoridade feminina que se faz não apesar da precariedade, mas justamente a partir dela.

Mais do que sua materialidade, contudo, são as relações que se desenvolvem no interior desses espaços que revelam a potência política das cozinhas comunitárias. É nesse cotidiano que o trabalho historicamente associado ao cuidado se transforma em prática de organização coletiva e afirmação da autoridade.

3.2 A cozinha como espaço ampliado do cuidado

A cozinha, historicamente vinculada à divisão sexual do trabalho, foi consolidada como espaço feminino na lógica patriarcal da casa. (FEDERICI, 2019; HIRATA; KERGOAT, 2007) Nos territórios das ocupações, onde muitos dos espaços são compartilhados, dadas as finas frestas que separam um barraco de outro, esse trabalho expande-se para além das casa: se faz, também no espaço coletivo, ganhando visibilidade e forte teor político.

A perspectiva da produção do espaço (LEFEBVRE, 2013) e da produção do comum (MORAES, 2018, 2023; LUNARDON, 2023) ajudam a compreender essa transformação no teor do trabalho de cuidado. Para Lefebvre (2013), o espaço se constitui como produto das relações sociais, e ao mesmo tempo, como produtor de sociabilidade e formas de vida. O cotidiano, corriqueiramente associado à reprodução das formas de vida, é também palco de práticas insurgentes, capazes de subverter lógicas hegemônicas. As cozinhas comunitárias, assim como analisadas por Lunardon (2023), se tornam espaços diferenciais: territórios de uso coletivo, resistência e transformação, criando organizações alternativas de vida. Gabriela Moncau (2021) ao mobilizar uma ideia de Alana Moraes (2019) traz uma perspectiva interessante à respeito sobre o “comum urbano”, reconhecendo nas cozinhas um “território de relações” em que a interdependência se configura como um aspecto fundamental das lutas políticas. (MORAES, 2019, *apud* MONCAU, 2021)

Houve uma segunda-feira pela manhã, que encontrei Érika e outras duas moradoras limpando o chão da cozinha após o almoço do dia anterior. Enquanto esfregavam o chão, conversavam sobre uma nova moradora, que ainda “não tinha entendido o esquema da cozinha”. Em meio à limpeza, pensaram em chamá-la para voluntariar no próximo almoço comunitário de domingo. A decisão ocorreu no fluxo da conversa e não registrada formalmente, mesmo assim, possuía força normativa.

Na OEBUS, em uma das visitas na cozinha, cheguei pouco antes do início da roda e encontrei duas mulheres organizando o espaço — varriam o chão, preparavam o café, colocavam cadeiras. O cuidado com o ambiente antecede o encontro e sinalizava um entendimento coletivo de que aquele espaço exigia zelo, ainda que não houvesse uma escala formal de tarefas. Ao final da roda, observei que o momento da partilha do lanche funcionava também como continuidade da escuta, com pequenos grupos conversando ao redor da mesa, trocando contatos, combinando ações futuras. A cozinha, mais do que suporte, era infraestrutura afetiva e política da ocupação.

Essa dinâmica constrói quadros de liderança pautados nas relações cotidianas, acumulada nas contribuições do dia a dia, na escuta, no compromisso pela vida coletiva. Reconhecendo a cozinha como território político, essas práticas cotidianas estabelecem um regime alternativo de visibilidade e poder. A partir de redes de apoio e mecanismos de solidariedade, as mulheres constroem uma dinâmica organizativa feminista nas ocupações. (SILVESTRE, 2020)

Cozinhar engloba dimensões políticas, culturais, ambientais e sociais constituindo uma atividade que promove mudanças e diálogos. Há uma diferença entre alimento e comida, que pode ser expressa pelos pensamentos do antropólogo Roberto Damatta (1987), que propõe que alimento é aquele que sustenta e nutre enquanto a comida é uma forma de expressão cultural. Tal diferenciação ajuda a compreender como, nas ocupações urbanas, o ato de cozinhar ultrapassa o objetivo de sustentar: torna-se um ato com múltiplos significados que envolve memória, afeto, pertencimento e sobretudo poder, que nesse contexto é expressa pela sustentação de redes de solidariedade, que constituem as coordenações das ocupações.

Jéssica e Érika assumem as mais diversas tarefas na coordenação das ocupações, mas são nas cozinhas comunitárias que consolidam seus papéis de liderança. As ações realizadas por essas mulheres nas cozinhas comunitárias sustentam os princípios o direito humano à alimentação e a nutrição adequada (DHNA), que é o direito de toda pessoa a ter acesso constante, permanente e livre a comida, não comprometendo outras necessidades básicas, tendo como princípios a justiça social, dignidade e soberania alimentar. (CONSEA, 2010)

Um evento que pode ser compreendido como uma virada na percepção de Érika em relação ao teor político do movimento que integra, e por consequência na sua atuação enquanto liderança, se deu em um contato com um vizinho que passava por uma situação de fome. Érika contou que, certa noite, ele bateu à sua porta pedindo comida. Exausta do trabalho, ela recusou, mesmo tendo alimento em casa. No dia seguinte, tomada por um sentimento de culpa e percebendo que a comida estragaria, preparou uma refeição e o

convidou para jantar. Ele voltou no dia seguinte trazendo um pacote com miúdos de frango, dizendo animado: “Agora nós tem mistura!” O gesto, simples e solidário, comoveu Érika e foi um divisor de águas em sua trajetória:

Foi daí que me quebrou. Foi daí que eu comecei a observar mais quando a pessoa passa fome, passa necessidade. Foi daí que precisei descer do salto, vamos colocar assim, né? Tirar todo aquele orgulho. (ÉRIKA, entrevista, 19/10/2024)

Tal gesto, revela a construção de uma ética do cuidado que também transforma. Ao relembrar que antes da ocupação já havia atuado em uma ação solidária de distribuição de sopa para pessoas em situação de rua, assume que ainda não tinha desenvolvido essa consciência, que segundo ela só se consolidou quando também passou pela situação de fome:

Eu ajudava a preparar a sopa, mas não fazia por amor, pensando no próximo. [...] Até a gente passar na pele. Quando a gente passa na pele, a gente muda. (ÉRIKA, entrevista, 19/10/2024)

Essa leitura de Érika, revela que antes de morar na ocupação, mesmo participando de iniciativas solidárias, não compreendia a dimensão da ação. Também é notável como a questão da comida parece ter sido uma virada de chave na sua percepção.

Ingrid Martins (2023), ao analisar Cozinhas Solidárias do MTST no Distrito Federal, argumenta, mobilizando o conceito de Lélia Gonzalez, que as coordenadoras da cozinha operam um “direito à alimentação em pretuguês”, em que mulheres pretas dão base para a promoção do direito à alimentação efetivado na prática da partilha, improvisação e cuidado das cozinhas comunitárias. Assim, cozinhar é, nesse contexto, uma prática insurgente, que resiste à necropolítica pela sustentação da vida em comum.

A dimensão política do cuidado também está presente nas falas de Jéssica. falar sobre a cozinha, ela expressa como a vivência da fome e a possibilidade de hoje alimentar outras pessoas moldam sua relação com a cozinha:

Eu nunca vou conseguir, assim, descrever ou te dizer o quão grata que eu sou por toda a oportunidade que Deus me deu de estar numa Cozinha Solidária, de ter comida. Sabe? Porque poder doar pras pessoas de graça, eu já passei fome. Então assim, hoje, assim, as coisas mudou bastante, né? E eu vou falar pra você, a pessoa com a barriga cheia, o sentimento já muda, né? Agora uma pessoa com a barriga vazia já é diferente. E em todos esses processos da minha vida eu sempre tive alguém, né? (JÉSSICA, entrevista, 08/11/2024)

A fala de Jéssica remete à comida como prática afetiva que dá tom a uma ética amorosa (hooks, 2020), em que a comida se figura como conexão com o outro. Era comum

durante minha ida a campo, ouvir de pessoas em ambas as ocupações a gratidão que nutriam por Jéssica e Érika pela entrega de refeições e distribuição de doações.

A partir das narrativas de Érika e Jéssica, é possível afirmar que as cozinhas comunitárias funcionam como espaços de resistência, mas também de reapropriação de poder. O alimento, como elemento central, é incorporado ao processo de construção de legitimidade e reconhecimento social dentro das ocupações. A liderança que se manifesta ali, portanto, não é fruto apenas de formalidades institucionais, mas de um trabalho árduo, cotidiano e profundamente enraizado nas práticas de cuidado e solidariedade.

Assim, concluo que as cozinhas comunitárias, através do trabalho intenso de lideranças como Érika e Jéssica, são muito mais do que meros pontos de distribuição de alimento: são espaços vivos de cuidado, resistência e construção de poder popular. Nesse processo, a alimentação torna-se símbolo e instrumento para a afirmação de identidades, a promoção da justiça social e o fortalecimento dos laços comunitários, evidenciando o potencial transformador das práticas cotidianas em contextos de vulnerabilidade.

Por fim, as cozinhas comunitárias e as lideranças que nelas se formam representam um importante exemplo de resistência e criatividade social. Através da alimentação, do cuidado e do exercício constante da liderança, essas mulheres transformam a precariedade em potência política, tecendo redes de solidariedade que sustentam a vida e a esperança no território. Esse movimento reafirma a dimensão política do cotidiano e o poder do fazer coletivo como instrumento de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta monografia partiu do intento de revelar como mulheres constroem e sustentam posições de liderança em ocupações urbanas, a partir de práticas ligadas ao cuidado, em especial o preparo e partilha de alimentos. Ao acompanhar as trajetórias de Jéssica e Érika, lideranças das ocupações Em Busca de um Sonho (OEBUS) e Em Busca de uma Moradia (OEBUM), tornou-se visível como o cotidiano, fortemente marcado por este trabalho, se traduz em fazer política.

Por meio da escuta, participação observante e presença nas cozinhas comunitárias, acessei ações que desviam dos moldes tradicionais de poder. A autoridade, nesses espaços, não se institui por títulos formais, mas é edificada no vínculo com o outro, no acolhimento, na capacidade de mediar conflitos e criar estratégias mesmo em meio à escassez. As cozinhas, ao longo do trajeto de pesquisa, se revelaram espaços para além do preparo de alimentos: mostraram-se lugares de encontro, escuta, deliberação e reconhecimento. São nelas que o trabalho de cuidado ganha visibilidade e teor político.

Os relatos de Jéssica e Érika mostram como esse trabalho não se reduz à uma resposta à fome, mas também mobiliza a comunidade em redes de solidariedade e acolhimento. Cozinhar, nesses contextos, ganha forte teor simbólico frente à insegurança alimentar, conferindo credibilidade e reconhecimento á essas mulheres.

Assim, essa pesquisa pretendeu evidenciar como através de práticas associadas ao cuidado, indispensáveis para a sustentação da vida cotidiana, foram construídas e legitimadas as posições de liderança das interlocutoras. A cozinha, nesse processo, não se configura como retorno ao lugar tradicional da mulher, mas sim a radicalização dele: no espaço coletivo das cozinhas comunitárias, as mulheres mobilizam o cuidado não apenas como imposição, mas como estratégia de resistência e gestão da vida comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO VERACIDADE; MAITÁ – Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social. Relatório de desconformidades da Ocupação Em Busca de um Sonho. São Carlos: Associação Veracidade, 2023.

BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. Etnografias urbanas e perspectivas pós-estruturalistas: riscos e experimentações. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 63–77, out. 2007.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). *Direito humano à alimentação adequada: orientações gerais sobre o que é e como fazê-lo acontecer*. Brasília: CONSEA, 2010.

BREDA, Thalles Vichiato. *Articulações entre a produção do espaço urbano e a gestão do social: agentes e escalas na produção do PMCMV em São Carlos/SP*. 2018. 191 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

BREDA, Thalles Vichiato. *O campo da política habitacional no último desmanche: ocupações, movimentos sociais e ativismo identitário*. 2023. 312 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos e Bauhaus-Universität Weimar, São Carlos, 2023.

CAMPOS, Rodrigo. *Alimentação e resistência nos territórios periféricos*. *Revista de Estudos Sociais*, v. 22, n. 3, p. 45-62, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Vozes, 1994.

Cozinhas Solidárias: projeto de combate à fome transformado em política pública. São Paulo: MTST, 2023. Disponível em: site oficial das Cozinhas Solidárias. Acesso em: 09 jun. 2025.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

DAS, Veena; RANDERIA, Shalini. 2015. “Politics of the Urban Poor: Aesthetics, Ethics, Volatility. Precarity: An Introduction to Supplement 11”. *Current Anthropology*, Vol. 56, Supplement 11.

DE SORDI, Denise. *A produção do comum e a potência das práticas cotidianas na cidade*. *Revista Margem Esquerda*, São Paulo, n. 40, p. 185–197, 2023.

ETECHÉBERE, Rafaela Gava. *Pia, faca, fogão e rodo: o corpo e a cozinha*. In: OLIVEIRA, Carla Costa de; HIRATA, Helena (orgs.). *Trabalho e cuidado: olhares do Sul Global*. São Paulo: Elefante, 2024. p. 151-163.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit habitacional no Brasil 2022. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2023. 72 p.

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais: repertórios, dinâmicas e enfrentamentos. São Paulo: Cortez, 2011.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. Cadernos Metrôpole, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019.

HIRATA, Daniel Veloso. Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida. 2010. 367 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. “Novas configurações da divisão sexual do trabalho”. In: Trabalho e cidadania ativa para as mulheres. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

hooks, bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. Tradução de Ana Ban. Rio de Janeiro: Elefante; Bazar do Tempo, 2021.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Tradução de Sérgio Martins. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2013.

LUNARDON, Kauan. Cozinhando o/em comum: elementos da produção diferencial do espaço na ação de cozinhas comunitárias. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 25, e024007, 2023.

MACHADO DA SILVA, L. A. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade urbana no Brasil. Sociedade e Estado, v. 17, n. 2, p. 371–406, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

MARICATO, Ermínia. O impasse da política urbana no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARTINS, Ingrid Gomes. Direito à alimentação em pretuguês: a práxis das coordenadoras do MTST nas cozinhas solidárias do Distrito Federal. 2023. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Brasília, 2023.

MONCAU, Gabriela. “Nóis por nós” como luta constante: uma etnografia das mulheres da Ocupação Esperança. 2021. 209 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

MOTTA, Luana Dias. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2011.

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto. Cozinhas Solidárias: projeto de combate à fome transformado em política pública. São Paulo: MTST, 2023. Disponível em: site oficial das Cozinhas Solidárias. Acesso em: 09 jun. 2025.

PAOLINELLI, Marina Sanders; CANETTIERI, Thiago. O ativismo urbano contemporâneo: resistências e insurgências à ordem urbana neoliberal. *Cadernos Metr pole*, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 831-854, set./dez. 2019.

PEIRANO, Mariza Corrêa. A favor da etnografia. 8. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2008.

PERUCCHI, Juliana; BEIRÃO, Aline Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e rela es de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, v. 19, p. 57-69, 2007.

PIEROBON, Camila. Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua  tica de combate. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

PIRES, Aline. As novas configura es espaciais do empreendedorismo tecnológico e as experiências de trabalho no polo de tecnologia de São Carlos-SP. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 106, 2021. DOI: 10.1590/3610605/2021.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. Cr nicas etnográficas: reflexões sobre antropologia pública, insurgente e implicada. *Plural*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 149–173, jan./jun. 2017.

PULHEZ, Magaly Marques. Plano de habita o, produ o de habita o: as fronteiras de conflito da política pública – considera es a partir do caso da cidade de São Carlos (SP). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 14, n. 1, p. 99-115, maio 2012.

RIBEIRO, Clara Lemme. A feminiza o como tendência da migra o boliviana para São Paulo. *Travessia: Revista do Migrante*, São Paulo, n. 78, p. 101–120, 2016.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a coloniza o da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAWAIA, Bader Burihan. O sofrimento  tico-político como categoria da crítica. In: SAWAIA, Bader Burihan (org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e  tica da desigualdade social*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 157–176.

SANTOS, Milton. Por uma outra globaliza o: do pensamento único   consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SILVESTRE, Helena. Del punto cero al futuro: luchas por vivienda y apuntes para una gramática feminista de organización. *Revista Punto Cero*, v. 8, n. 2, p. 432-451, 2020.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira; OLIVEIRA, Margarita; VIEIRA, Clarice Menezes (orgs.). *Economia feminista no Brasil – contribui es para pensar uma nova sociedade*. São Paulo: Funda o Perseu Abramo, 2024.

TOZZI, Giovanna Furlan. Mulheres e a luta por moradia: trajetórias de empoderamento e autonomia na experiência do MST-Leste 1. *Revista Cadernos de Pesquisa*, 2020.

TOZZI, Giovanna Furlan. Relações de gênero e luta por moradia segundo a experiência de mulheres do MST-Leste 1. *Cadernos de Pesquisa*, n. 10, p. 99-113, 2020.

TRONTO, Joan C. *Moral Boundaries: A Political Argument for an Ethic of Care*. New York: Routledge, 1993.

VIANA, Larissa de Alcantara. Chão, pó, poeira: a produção social do espaço a partir de ocupações recentes na cidade de São Paulo. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VIANNA, Larissa. *Morada de porta estreita: gênero, família e política em uma ocupação urbana na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2021.

VIANNA, Larissa Pelúcio; LEITE, Márcia Pereira. Etnografia, compromisso e pesquisa social: notas a partir de experiências de pesquisa com jovens. *Revista Sociedade e Estado*, v. 22, n. 2, p. 341–367, 2007.